

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MARLON DE SOUZA FOGAÇA

**A FORMAÇÃO INDUSTRIAL DA ARGENTINA E DO BRASIL: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE 1850 E 1970**

**Porto Alegre
2010**

MARLON DE SOUZA FOGAÇA

**A FORMAÇÃO INDUSTRIAL DA ARGENTINA E DO BRASIL: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE 1850 E 1970**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^a. Dra. Maria Helóisa Lenz

Porto Alegre

2010

MARLON DE SOUZA FOGAÇA

**A FORMAÇÃO INDUSTRIAL DA ARGENTINA E DO BRASIL: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE 1850 E 1970**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2010.

Prof^a. Dra. Maria Heloísa Lenz - Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Hudson Torrent
UFRGS

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho
UFRGS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, que se transformou em estímulo, me impulsionou a buscar vida nova a cada dia. Que se doou e renunciou a alguns de seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as similaridades e disparidades entre a formação industrial da Argentina e do Brasil, comparativamente, no período de 1850 até 1970. Inicialmente é realizado um estudo acerca do desenvolvimento da indústria de cada um dos países, separadamente. Primeiramente é estudado o caso argentino desde o modelo primário-exportador até o período de abertura comercial, no final da década de 1970. Posteriormente, é analisado o caso brasileiro, verificando-se a crise do modelo agro-exportador e os motivos que levaram o país a iniciar um processo de industrialização. Ao final desse trabalho são apontadas as similaridades de ambos os processos e os resultados obtidos por cada país durante as diferentes etapas de industrialização pela qual cada um passou, apontando seus pontos positivos e negativos.

Palavras-chave: Formação industrial. Argentina. Brasil. Substituição de importações.

ABSTRACT

This study aims at analyzing the similarities and disparities between Argentina's and Brazil's industrial development comparatively in between 1850 until 1970. Initially is performed a study about each countries' industrial development separately. Firstly is studied the argentinian case from the primary exporting model until the trade openness during the 70's. After that, the brazilian case is analysed , verifying the primary exporting model's crisis and the reasons that have taken the country to start off an industrializing process. At the end of this study are shown the similarities about both processes and the results obtained for each country during the different steps towards industrialization, also pointing their positivities and negativities.

Keywords: *Industrial development. Argentina. Brazil. Imports substitution.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL ARGENTINO	10
2.1 O PERÍODO DE 1860- 1930: A ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA	11
2.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO ARGENTINA PELO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES: ANÁLISE DESDE A GRANDE DEPRESSÃO DE 1929 ATÉ OS ANOS 1945.....	19
2.3 A INTERVENÇÃO ESTATAL NA INDUSTRIALIZAÇÃO ARGENTINA (1945-1960)	28
2. 4 EXPANSÃO ECONÔMICA E ABERTURA COMERCIAL NA ARGENTINA	35
3 A FORMAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA.....	40
3.1 O CAPITAL CAFEIEIRO E SUA RELEVÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DE CAPITAL INDUSTRIAL NO BRASIL.....	41
3.2 A ERA VARGAS E O INÍCIO DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES (1930-1945)..	45
3.3 O PERÍODO DE 1946 ATÉ 1955: O TÉRMINO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O CRESCIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO.	51
3.4 O GOVERNO JK E O PLANO DE METAS.....	52
3.5 O PERÍODO DE 1963 A 1973: CRISE E MILAGRE ECONÔMICO	55
3.6 O SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	58
4 COMPARAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA ARGENTINA E DO BRASIL.....	63
4.1 DA FASE AGRO-EXPORTADORA ATÉ A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	63
4.2 DO PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NÃO INDUZIDA ATÉ A INDUSTRIALIZAÇÃO ORIENTADA PELO ESTADO.....	67
4.3 OS CHOQUES DO PETRÓLEO E A CRISE DA DÍVIDA	71
5 CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal descrever e interpretar uma análise comparativa dos processos de desenvolvimento industrial do Brasil e da Argentina desde o seu início, o período agro-exportador, até o fim do modelo de industrialização por substituição de importações. Para fazer essa análise comparativa são descritos os aspectos econômicos e as principais interpretações elaboradas durante os anos correspondentes ao longo dos períodos de formação industrial que ocorreram no Brasil e na Argentina.

Para facilitar a comparação em cada fase correspondente à formação industrial dos países, será adotada a divisão histórica; dessa maneira, ficarão mais evidentes as características de cada processo em relação a cada período descrito neste trabalho.

O trabalho está dividido em três partes:

O primeiro capítulo trata do desenvolvimento do processo argentino – desde a crise do modelo agro-exportador, examinando as principais características desse período – e procura verificar quais os motivos que levaram o país ao processo de industrialização. Nesse capítulo constam as características da indústria infante voltada ao sistema agro-exportador, o qual estava direcionado principalmente para a produção pecuária e de cereais. Além disso, o capítulo explicita, também, a maneira como essa indústria se desenvolveu para bens mais complexos. Também é realizada uma análise do período de substituição de importações não-induzidas até o período de industrialização, fomentado pelo Estado, e posteriormente trata da abertura comercial da Argentina e seus impactos para a indústria do país.

No segundo capítulo, o mesmo processo é utilizado para descrever o processo de industrialização brasileira. Para tal, é relevante verificar a formação do capital cafeeiro e sua importância para o início da industrialização no Brasil. Após, verifica-se o processo de substituição de importação não induzido e, depois, o projeto de industrialização orientado pelo Estado brasileiro. Em seguida, é estudado o período entre 1946 e 1955, que é caracterizado como a fase pós Segunda Guerra

Mundial, quando são verificados índices de crescimento industrial e a consolidação da indústria de consumo leve no Brasil. O período de Juscelino Kubistchek é analisado como de caráter desenvolvimentista: é verificada, no presente trabalho, a consolidação da indústria como setor dinâmico da economia. Ao final desse capítulo, é realizada uma análise para entendimento da crise posterior ao governo de Juscelino Kubistchek, passando pelo regime militar até chegar-se ao II PND.

O terceiro e último capítulo é uma análise comparativa dos dois processos de desenvolvimento industrial e descreve as principais especificidades de cada nação, em cada fase respectiva de seu processo de desenvolvimento industrial. Para tanto, é feita uma análise do desempenho do setor industrial durante o período primário-exportador, o de substituição de importações não induzido, o de substituições de importações à luz do Estado e a crise do modelo de substituição de importações com a crise internacional do petróleo.

2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL ARGENTINO

A indústria argentina passou por diferentes períodos de desenvolvimento. Inicialmente, a dinâmica do modelo era voltada para a indústria, que beneficiava bens primário-exportadores. Após a crise de 1929, o modelo de substituição de importações iniciou-se na Argentina. Com essa mudança no eixo central da economia argentina, a geração de renda atrelou-se ao desenvolvimento industrial do país. A transformação de paradigma ocorre quando a capacidade da Argentina de realizar importações é suprimida, devido à falta de divisas, ocasionada pela crise mundial e também pela capacidade ociosa gerada durante o período primário-exportador.

A primeira fase do processo de industrialização da Argentina se encontra no período primário-exportador, que compreende desde a época da formação do Estado nacional, em 1880, até a crise global, em 1929, quando foram desenvolvidas, na Argentina, as indústrias ligadas ao setor primário-exportador e uma infante indústria de bens não-duráveis.

O próximo passo para a industrialização do país, segundo Tobar (1998), foi dado após 1930, quando a capacidade de importação reduziu a tal ponto que a Argentina podia importar com a moeda estrangeira, adquirida pelas exportações, apenas dois terços do que comprava em 1929. Pode-se dizer que esse período destacou-se pela ruptura do modelo primário-exportador, intensificando a formação industrial para a substituição de produtos simples, inicialmente.

Juan Domingo Perón merece destaque neste capítulo pois, durante seu governo (1946/55), o processo de substituição de importações foi intensificado por meio de uma série de políticas orientadas pelo estado, a fim de proteger e fomentar a indústria Argentina.

O longo período da ditadura militar na Argentina, de Arturo Frondizi (1958/62) até o presidente Jorge Rafael Videla (1976/81), foi caracterizado pelo crescimento industrial. O país passou por períodos desenvolvimentistas, de consolidação do processo de substituição de importações e também por períodos de utilização da

capacidade ociosa gerada pelos investimentos dos governos anteriores. Durante este capítulo serão detalhados os períodos relevantes para a análise da formação industrial Argentina até se chegar ao período de abertura econômica e ao fim do processo de industrialização por substituição de importações, verificados no início dos anos 1980.

2.1 O PERÍODO 1860-1930: A ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA

A segunda metade do século XIX foi um período de mudanças no desenvolvimento industrial argentino. De acordo com Lewis (2002), é possível verificar dois períodos distintos no desenvolvimento industrial argentino antes da grande depressão de 1929: a era de expansão com base nas exportações até a Primeira Guerra Mundial – associada à modernização institucional, ao desenvolvimento da infra-estrutura e à expansão da demanda que criou um mercado para os bens de consumo – e o período entre o fim da I Guerra Mundial e a crise mundial de 1929.

A Revolução Industrial na Europa e o avanço tecnológico dos países mais desenvolvidos do Velho Mundo possibilitaram o desenvolvimento das terras férteis Argentinas para a produção pecuária, pois o aumento de renda nesses países proporcionava um mercado consumidor para os produtos primário-exportadores argentinos. A sociedade Argentina passou a apresentar uma nova modelagem, tanto política quanto econômica, nesse período. Identifica-se essa época como de desenvolvimento primário-exportador, pois sua dinâmica estava centrada na produção agropecuária, ou seja, em atividade do setor primário. e em exportação, pois a comercialização de produtos agropecuários constituiu o elemento impulsor do crescimento nesse período.

Conforme Lewis (2002), já havia, na Argentina, uma indústria – se por “indústria” entende-se um processo que tem como base a fábrica, que utiliza técnicas não muito distantes daquelas empregadas em outras economias

industrializadas –, no segundo quarto do século XIX, que abastecia as necessidades locais, especialmente na região de Buenos Aires, onde o couro era curtido e transformado numa série de produtos, como sapatos, perneiras, calças, rédeas, sacos, baldes etc.

Ainda segundo Lewis (2002), entre 1830 e 1860, Buenos Aires contou com os *Saladeros*, os quais produziam carne seca e salgada e a exportavam para os mercados continental e mundial. A escala das operações no processamento para exportação variou. Ainda que dependessem de técnicas rudimentares intensivas de trabalho e funcionassem apenas durante a estação, de novembro a março, os *Saladeros* de Buenos Aires, ao final de 1860, já eram grandes estabelecimentos e fábricas de vulto. Essas empresas eram grandes companhias, integradas verticalmente, envolvidas na criação de gado, no processamento de carne e de subprodutos e nas operações de venda por atacado. Foram aplicadas novas técnicas de manuseio para acelerar a preparação da carcaça, maximizar o uso de subprodutos e aumentar de modo geral a eficiência mediante a redução do desperdício. Essas mudanças, seguidas da introdução de tinhas a vapor, de caldeirões maiores e da escala simples de operações, aumentaram os custos de entrada na indústria e favoreceram a consolidação das grandes companhias.

Tabela 1 - *Expansión de las zonas de cultivo del trigo y del maíz en Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé y La Pampa – 1895 y 1908*¹

Años	Buenos Aires		Córdoba		Santa Fé		La Pampa	
	Trigo	Maíz	Trigo	Maíz	Trigo	Maíz	Trigo	Maíz
1985	367	669	294	95	1031	186	3	3
1908	2120	1470	1792	280	1263	905	370	82

Fonte: Cortés Conde, apud. Lenz 2004, p. 142

Segundo Lenz (2004), por volta do final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XIX, a economia argentina começou um período de extraordinário crescimento, denominado por muitos autores de *Belle Époque*. Tal crescimento foi ocasionado pelo aumento da demanda de alimentos e pela redução de custos de

¹ Expansão das zonas de cultivo de trigo e milho em Buenos Aires, Cordoba, Santa Fé e Região dos Pampas – 1895 e 1908.

transporte dentro do país, devido ao aumento da malha ferroviária. Esses fatores tornaram possível a utilização de terras desabitadas, aumentando a produção e a exportação de grãos e carnes. Segundo Cortès-Conde (1997), a redução de custos de transportes marítimos, no início dos anos 1870, foi o fator preponderante para a expansão do comércio argentino, conjuntamente com a maior mobilidade de capital e mão-de-obra entre os continentes verificados no período.

TABELA 2 - Crescimento médio do PIB *per capita* argentino em períodos selecionados (%)

Períodos	Crescimento Médio
1875-96	3,7
1896-12	2,3
1912-28	-0,1
1928-48	2,3

Fonte: Cortés Conde, apud. Lenz, p.81

Cabe aqui salientar as ponderações de Ferrer (2006), que constatou que entre 1874 e 1914, num período de 40 anos, os investimentos estrangeiros totais, a longo prazo, passaram de 6 bilhões de dólares correntes a 44 bilhões, financiados basicamente por meio de reinvestimentos de lucros e juros produzidos pelos investimentos estrangeiros existentes nos países receptores. Do aumento registrado naqueles anos, 27 bilhões de dólares corresponderam à Inglaterra, à França e à Alemanha. Dos 44 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros existentes em 1914, 38% estavam alocados na América do Norte, na Oceania e na Argentina, 34% na África, na Ásia e na América Latina (exclusive a Argentina) e 27% na Europa.

Ainda segundo Ferrer (2006), uma parte substancial dos investimentos nos países periféricos eram empréstimos aos governos, sendo um terço dessa quantia, no caso da Argentina,. Já era verificada, no início do século XIX a colocação de títulos da dívida pública de diversos países da América Latina na City de Londres e

diversas companhias privadas obtiveram aportes de capital para investimentos na exploração de recursos naturais.

Na década de 1820, os bônus públicos eram vendidos até 30% de seu valor nominal, com taxas de juros de 5% ou 6% ao ano. Considerando os custos de intermediação dos bancos que faziam a colocação dos títulos, os devedores recebiam somente cerca de 60% de seu valor nominal. Ao final da década, a maior parte desses bônus se encontrava em default e a experiência se repetiria posteriormente. O caso mais importante foi a inadimplência da Argentina em sua dívida para com a Casa Baring de Londres, em 1890 (FERRER,2006,p.81)

Como consequência da especialização dos países da Europa na produção industrial manufatureira e dos avanços na navegação marítima, houve uma abertura para o comércio nas economias ainda não industrializadas da época, posteriormente chamadas de periferias. Os países ricos em recursos naturais e com pouca população eram os que ofereciam maiores oportunidades de investimentos para produzir para os mercados dos países industrializados como, no caso, a Argentina. As oportunidades de investimentos estavam não somente nas atividades diretamente exportadoras mas também na ampliação do capital de infraestrutura, mais especificamente nos transportes.

A migração de europeus durante o século XIX, até o início da Primeira Guerra Mundial, também foi um fator importante para o desenvolvimento da economia argentina no período. A questão da população sempre foi uma preocupação para os governos argentinos. Segundo Lenz (2004), ainda que as reduções de custos de transportes sejam computadas entre as causas da corrente imigratória, uma deliberada política de atração de imigrantes, por parte do governo argentino, e as características de nova nação com grandes extensões de terra são fatores que funcionaram como grande força de atração.

O governo argentino esperava imigrantes de origem anglossaxã e nórdica; porém, houve um grande número de imigrantes espanhóis e italianos que não possuíam experiências agrícolas.

É possível identificar duas fases na atração de imigrantes para a Argentina. A primeira, que compreende o período dos anos 80 do século XIX, é relativa à abundância de terras baratas e disponíveis. A segunda surge após a crise dos anos

90 do século XIX e é caracterizada pela atração dos imigrantes pelos altos salários, especialmente para trabalhadores temporários. Nesse período, os salários, na Argentina, chegavam a ser duas a três vezes maior do que na Itália ou na Espanha.

Para Cortés-Conde (1975), no período que compreende os anos de 1885 a 1889, a imigração foi responsável por 76% do crescimento anual da população da Argentina, em média.

A Argentina teve sua força de trabalho beneficiada com a chegada maciça dos imigrantes europeus. Entretanto, esse não é o único aspecto a ser salientado, já que houve, também, enriquecimento cultural e intelectual da nação, que, no entanto, não chegou a perder sua identidade².

Segundo Lewis (2002), desde a segunda metade do século XIX, a Argentina vinha recebendo um volume considerável de capitais exportados pelos países industrializados, especialmente a Inglaterra. Segundo as estimativas da CEPAL, em 1913 o capital estrangeiro radicado no país equivalia a 50% do capital fixo existente. Ainda em 1929, ao terminar a etapa de economia primária exportadora, a percentagem elevava-se a 62%.

TABELA 3 - Investimentos britânicos diretos e de portfólio na Argentina – 1865-1913 (milhões de libras esterlinas)

Discriminação	1865	1875	1885	1895	1905	1913
Investimento total	2,7	22,6	46,0	190,9	253,6	479,8
Investimento direto	0,5	6,1	19,3	97,0	150,4	258,7
Investimento de portfólio	2,2	16,5	26,7	93,9	103,2	221,6
Empréstimos	2,2	16,5	26,7	90,6	101,0	184,6
Títulos de créditos	-	-	-	3,4	2,2	37,0

Fonte: Cortés Conde, apud. Lenz 2004, p. 196

Ao ser decomposto o capital estrangeiro existente em 1913, 36% estavam investidos em ferrovias, 31% em títulos governamentais e 8% em serviços públicos. Fica claro que a maior parte dos investimentos oriundos do exterior estavam alocados de forma a proporcionar o capital básico de infraestrutura em transportes e

² A identidade e língua espanhola não foram perdidas apesar da maciça entrada de estrangeiros na Argentina.

serviços públicos. Os 25% restantes eram compostos por investimentos em comércio e instituições financeiras (20%) e atividades agropecuárias (5%). Os capitais estrangeiros predominavam na indústria frigorífica, no armazenamento interno de cereais e em sua comercialização internacional. É possível verificar que o capital estrangeiro estava presente em toda a cadeia produtiva dos produtos primário-exportadores. Ainda cabe salientar que o capital estrangeiro possuía uma posição oligopólica na exportação de carnes e na comercialização de cereais, por meio do controle dos armazéns, com o chamado “comitê de fretes”.

Feitas tais constatações sobre a conjuntura econômica e social da Argentina no período, é importante ressaltar a situação do comércio mundial na mesma época. Para Ferrer (2006), o período que se inicia no final do século XIX até o início da Segunda Guerra Mundial é marcado pela expansão do intercâmbio entre nações. Entre 1870 e 1913, o volume físico das exportações mundiais cresceu quase cinco vezes. Entre 1870 e 1929, a taxa anual cumulativa de crescimento foi, conseqüentemente, superior a 3%, o que representa um processo acelerado e contínuo de expansão no transcurso dessas seis décadas.

O período que compreende os anos de 1869 a 1914 registrou um aumento na população das províncias do interior, que passou de 889 mil a 2,49 milhões de habitantes, enquanto a população do litoral cresceu de 847 mil habitantes, em 1869, para 5,416 milhões de habitantes em 1914. Dito de outra maneira, a taxa de crescimento no litoral foi de 4,3% ao ano, enquanto a taxa de crescimento no interior foi de 2,3% anuais. Segundo Ferrer (2006), a concentração da produção e da renda foi ainda maior do que a da população do país no litoral, devido ao aumento do hiato de produtividade entre a região ligada ao comércio internacional e o resto do país. Os recenseamentos nacionais dos anos de 1869 e 1914 registraram que a população urbana na Argentina cresceu de 28% para 58% nos referidos anos.

Os habitantes radicados nos centros urbanos passaram de 500 mil, em 1869, para 4,2 milhões em 1914, isto é, houve um aumento de mais de oito vezes num prazo de 44 anos, o que representa uma taxa anual cumulativa de 5%. Como o período coincide com uma fase de intenso aumento da população total devido à imigração, o número de habitantes da zona rural também cresceu, apesar de sua perda de importância relativa dentro da população total do país. Em 1869, a zona

rural contava com 1,25 milhão de habitantes e, em 1914, com 3,7 milhões, isto é, houve um aumento de quase três vezes durante o período, significando uma taxa próxima a 2,5% ao ano.

De acordo com Ferrer, a concentração da produção manufatureira e dos serviços nas cidades do Litoral decorria da atração localizadora exercida pela existência nas mesmas de um mercado consumidor, pela disponibilidade de serviços básicos, como energia, obras sanitárias e transportes, pela proximidade de centros de importação de matérias-primas e de produtos intermediários utilizados pela indústria e, por último, pela abundância de mão-de-obra e de experiência técnica. Pode-se constatar que a concentração de renda e o crescimento na zona litorânea deram-se pelo complexo de fatores econômicos e sociais que determinam a concentração inicial dos serviços e da indústria.

Na Argentina, as proporções entre a produção agrícola e pecuária e a da indústria modificaram-se de 2,1:1 em 1900 para 1,3:1 em 1929, confirmando que, enquanto a taxa de produção agrícola subiu de 29 para 117, a taxa de produção industrial cresceu muito mais rápido, de 9 para 46 (1950 = 100). Essas tendências indicam uma maior reestruturação da economia, apesar do pequeno tamanho da base a partir da qual a indústria se expandiu ou a despeito da contínua tendência do setor industrial a caminhar para o processamento de alimentos. No entanto, não se deve exagerar essa tendência, porque, embora o fator de aumento da produção de alimentos e crescimento da produção de produtos químicos tenha chegado a 6,1, o dos metais, das máquinas e dos veículos foi de 25,6 (LEWIS, 2002 ,p.126)

Ainda conforme Lewis (2002), o período de 1890 a 1920 é um exemplo de expansão industrial sustentada, apresentando características cíclicas e específicas de alguns setores. Pondera, ainda, que essa cronologia tem sido contestada, particularmente com relação ao período de 1914 a 1933, pois tal período tem sido apontado pelos autores como uma época de oportunidades perdidas, em que o potencial de industrialização não foi concretizado.

Segundo Thorp (1998), a indústria, liderada pelo setor de alimentos, baseado na indústria de carne e nos cereais, foi responsável por 17% do PIB em 1913. As tarifas eram relativamente baixas e a taxa cambial flutuante não encorajava a indústria, mas as articulações com as exportações eram bastante fortes.

A pecuária e a agricultura foram o sustento do modelo de desenvolvimento baseado na produção e na exportação de produtos primários. Durante esse

período, a indústria se desenvolveu modelada para atender as necessidades da economia agropecuária, como a indústria de alimentos, fábricas de cerveja, vinícolas, frigoríficos e indústria de construção civil. Não é possível observar uma política em prol da industrialização até 1914, sendo que tais políticas tornaram-se mais evidentes após a grande crise de 1929, período que será analisado com mais detalhes posteriormente, neste trabalho.

A política de câmbio livre seguida pelas autoridades nacionais a partir da organização do país influenciou decisivamente nas possibilidades de desenvolvimento do interior da Argentina. Dada a ausência, nessas regiões, de atividades relacionadas ao mercado mundial, elas recebiam somente de forma indireta os benefícios da expansão agropecuária na zona dos pampas, mediante a colocação de seus produtos no mercado do litoral. Um aumento da demanda na região litorânea foi verificado devido ao aumento da população, do emprego e da renda, era a única possibilidade de desenvolvimento do interior, mas tal possibilidade foi frustrada devido à abertura do litoral aos produtos importados. Uma alternativa que seria pertinente à época seria uma espécie de restrição seletiva às importações, para proteger a indústria nascente local que pudesse permitir a diversificação progressiva da economia nacional.

Para Rapoport (2006), a evolução industrial da Argentina antes de 1930 possui duas etapas diferenciadas: a primeira originou-se nas condições especiais criadas pela Primeira Guerra Mundial; a segunda compete ao período pós I Guerra Mundial, quando se nota aparente normalidade. Entretanto, começava a descobrir um conjunto de mudanças no funcionamento da economia mundial e da Argentina. A Primeira Guerra Mundial supôs um desafio inédito para a indústria local, já que as importações de produtos manufaturados diminuíram drasticamente. O tráfego transoceânico foi interrompido, de tal forma que, entre 1913 e 1915, o comércio de importações decresceu 40%. A busca de mercados de abastecimento substitutos, como os Estados Unidos, não compensava os transtornos produzidos pela falta de produtos dos provedores europeus tradicionais. As dificuldades para ingresso de manufaturas importadas contribuíram para a criação de uma proteção para a produção local, estando a Argentina, então, obrigada a viver de seus próprios recursos. Algumas indústrias, como a têxtil, encontraram nesse período uma fonte

de dinamismo que as permitiu crescer de maneira notável no período de conflito bélico.

Ao finalizar a guerra, o comércio com os países europeus foi restabelecido sem se estabelecer nenhuma política de proteção às indústrias instaladas e às em processos de desenvolvimento. As dificuldades para ordenar novamente as relações econômicas internacionais e a recuperação das indústrias europeias, ocasionaram profunda instabilidade na Argentina. As críticas condições que o país enfrentou, geraram polêmica entre protecionistas e não-protecionistas. Uma proteção aduaneira era necessária; contudo, não seria suficiente para o desenvolvimento industrial e deveria ser complementada com uma política de estímulo à indústria, à qualificação de mão-de-obra, a uma indústria mais receptiva às transformações tecnológicas, à consolidação do mercado interno a partir de uma estrutura de transportes e de comunicação adequados para movimentar todo o potencial de riquezas que o país oferecia.

Os anos 1920 ficaram caracterizados para a Argentina como o início de um novo perfil da indústria, a qual, paulatinamente, deixava de ser fortemente vinculada ao setor agro-exportador e passava a alinhar-se com a divisão internacional do trabalho clássica. O crescimento industrial desses anos se aparta dessa dinâmica e tal processo contribui para o aumento da urbanização e para a diminuição do peso relativo do setor agropecuário.

2.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO ARGENTINA PELO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES: ANÁLISE DESDE A GRANDE DEPRESSÃO DE 1929 ATÉ OS ANOS 1945.

Por volta de 1932, segundo Ferrer (2006), a etapa da economia primária exportadora na Argentina estava encerrada. Tal fato foi resultado da convergência de dois fatores: a mudança radical do setor externo e mudanças na estrutura interna do país. A Argentina não poderia aumentar a produção agrícola no paradigma anterior, no qual havia um aumento constante das terras férteis ocupadas aliado ao

progresso técnico que ocorria no período. Em meados da década de 1920, a maior parte das terras férteis já havia sido ocupada, portanto, apenas o progresso técnico poderia aumentar a produção por hectare. Concomitante a isso, o tamanho e a complexidade da economia argentina, em termos de população, renda por habitante e diversificação estrutural, impunham a integração crescente da atividade produtiva por meio do desenvolvimento industrial e, no plano externo, houve perda no dinamismo da demanda por produtos agropecuários de clima temperado, alterando o papel que a economia internacional desempenhava no crescimento argentino, desde meados do século XIX. Além disso, nessa época também surgiu uma nova potência hegemônica, os Estados Unidos, em detrimento da Grã-Bretanha.

Esse conjunto de circunstâncias determinou a perda do papel hegemônico do setor agropecuário da região dos pampas como promotor do crescimento da economia nacional. É possível constatar que a economia argentina não disporia de um volume menor de moeda estrangeira para importações e para pagar o serviço do capital estrangeiro introduzido no país.

Ainda segundo Ferrer (2006), a partir de 1930 o crescimento da economia argentina dentro dos limites do sistema primário-exportador deixou de ser viável. Dali em diante, seria necessário substituir um crescimento, dificultado nas novas circunstâncias do mundo e do país, pelo desenvolvimento fundado na incorporação de tecnologia ao tecido produtivo e social, vincular a transformação da demanda com a da oferta, incluir valor agregado e manufaturas às exportações, reduzindo o hiato tecnológico do comércio exterior.

Segundo Diaz Alejandro (1970), a Primeira Guerra Mundial não foi o início do declínio da economia argentina, como afirmam alguns autores, os quais sugerem que esse seja o fim do período conhecido como *Belle Époque*. A economia Argentina obteve crescimento forte e continuado até os anos 20, apesar de concordar que o fechamento da fronteira já havia acontecido na década anterior. Comparando a performance da economia Argentina com economias como a Austrália e o Canadá, o autor afirma que a performance da Argentina foi superior à dos referidos países, no mesmo período. A Primeira Guerra Mundial teria deixado a economia Argentina convalescente, mas ainda firmemente integrada ao mercado

financeiro mundial, não necessitando de mudanças drásticas nas políticas até então levadas a efeito, até a grande depressão de 1929.

TABELA 4 - Evolução da economia Argentina entre 1913 e 1929

	Variações percentuais		Taxas % de crescimento	
	1913-17	1917-29	1913-17	1917-29
PIB real	19,6	116,7	3,2	6,7
Setor rural	13,5	91,1	3,2	5,5
Ind. Manufa. e Miner.	16,9	146,7	4,6	7,8
Construções	82,4	749,8	2,6	19,5
Serviço do gov. Fed.	14,7	52,7	3,6	3,6
Outros serviços	15,0	104,0	3,5	6,1

Fonte: Díaz Alejandro (1970, p.62) 1

Outro autor que tem posicionamento congruente ao do autor anterior é Cortés Conde (1997). Segundo ele, a economia Argentina sofreu um retrocesso nos anos de guerra, tendo apresentado, porém, recuperação na década subsequente. Em 1928, a situação começa a reverter: as exportações declinaram, o capital começou a deixar o país e os gastos do Estado aumentavam. Como as importações não foram reduzidas, o valor do peso começou a cair.

Segundo Fausto e Devoto (2004), a carência de divisas para sustentar as importações levou ao incremento da indústria de substituição. O processo de substituição provocou um desenvolvimento industrial nunca visto na Argentina. Comparando-se ao Brasil, o processo de industrialização argentino não contou tanto com a transferência de capital do setor agro-exportador, como ocorreu no Brasil, pois, em parte, as oportunidades existentes no setor agro-exportador eram comparativamente melhores.

Segundo Ferrer, nos países de economia de mercado de desenvolvimento industrial tardio, como a Argentina, o jogo de forças tende, nas primeiras fases do processo de industrialização e substituição de importações, a concentrar a produção nas indústrias tradicionais. Estas, devido a sua menor demanda de investimentos, complexidade tecnológica baixa, organização mais fácil e menos escala de produção

compatível com a eficiência, atraem mais facilmente o investimento privado. Já as indústrias básicas possuem características opostas e há obstáculos para que os investimentos privados dirijam-se a elas. Essas indústrias exigem a imobilização de grandes montantes de capital por períodos prolongados e com rendimento inseguro em países de desenvolvimento tardio, já que o investimento privado conta com oportunidades rentáveis menos arriscadas. Uma vez consumado o processo de substituição de importações nas indústrias tradicionais, o sistema tende a integrar-se e as indústrias dinâmicas vão adquirindo um papel dominante. No caso argentino, a escassez de divisas obriga o aprofundamento da substituição de importações e a penetração das corporações internacionais, a fim de aproveitar as novas oportunidades de investimento nessas indústrias, que, em seus países de origem, constituem o principal âmbito de operações.

Segundo Tobar (1998), os preços das exportações dos produtos oriundos do pampa argentino diminuíram em função da crise de 1929, afetando diretamente as divisas argentinas, como anteriormente mencionado. Os preços médios recebidos pelas exportações caíram de US\$ 345,4, entre 1921 e 1925, para US\$ 297,5 entre 1926 e 1930, e para US\$ 185,3 entre 1931 a 1935.

Conforme os dados apresentados, pode-se afirmar que, nesse momento, ocorre uma ruptura com o modelo primário-exportador e com o de indústria complementar ao modelo, começando, então, uma formação industrial na qual predominou o processo de substituição de importações de produtos leves e de grande dependência de equipamentos de capital e importações de insumos.

Verificada tal conjuntura pós-crise, iniciou-se um processo de substituição das importações reprimidas pela produção nacional. Existem duas principais linhas de pensamento quanto ao processo de substituição de importações na Argentina. Uma das vertentes está ligada à CEPAL, a qual afirma que a industrialização obteve grande salto quantitativo e qualitativo com o advento da crise de 1929. A outra vertente, baseada no pensamento de Villanueva (1972), afirma que a evolução da indústria na Argentina esteve ligada ao avanço contínuo do setor durante o período agro-exportador e ao papel assumido pelas multinacionais na diversificação da indústria, entre as décadas de 1920 e 1930.

Conforme a teoria da CEPAL, a queda da capacidade de importação da Argentina, a alteração dos preços relativos entre os bens importados e os bens produzidos internamente e a política econômica do governo, mediante a crise, foram essenciais para o início do processo de substituição de importações no país.

A partir de uma análise da indústria durante a década de 1930, nota-se a diminuição das atividades que estavam relacionadas às exportações e os setores que competiam e substituíam as importações aumentavam seu espaço no mercado interno argentino. A política econômica da época voltava-se para o fechamento ao setor externo.

Segundo Katz (1989), as inversões estrangeiras acompanharam o novo modelo de desenvolvimento proposto pela economia nacional, voltando-se primordialmente para o desenvolvimento do mercado interno. Katz observa que, em 1909, dois terços das inversões estrangeiras estavam constituídos por títulos públicos e por investimentos no setor ferroviário, enquanto as atividades dirigidas para o mercado interno representavam apenas uma fração ínfima (1.3% do total). Entretanto, em 1953, estas já representavam 31,7% do conjunto.

A crescente participação do capital estrangeiro no processo de substituição de importações concentrou-se, fundamentalmente, nas indústrias alimentícia, metalúrgica leve, de materiais para construção e de alguns produtos químicos e elétricos de consumo final.

Contrariando a vertente cepalina, Villanueva (1972) alega que, para haver ocorrido o dito “efeito de reajuste produtivo”, na década de 1930, a capacidade ociosa pré-existente já deveria haver sido criada anteriormente, o que indicaria que consideráveis investimentos industriais já haveriam sido realizados anteriormente. Para Villanueva, o que ocorreu foi uma diminuição da participação da indústria ligada ao setor agro-exportador na produção de bens industrializados, e, concomitante a isso, houve aumento dos investimentos na indústria ligada ao setor de substituição de importações.

Cabe salientar, ainda, que a Argentina decretou a inconvertibilidade da moeda em 1931, fixou paridade relativamente alta para o peso e continuou atendendo ao serviço da dívida. De modo geral, a defesa do valor da moeda foi uma constante da política dos conservadores nessa década, bem como o controle do

câmbio, que inaugurou uma tradição de manipulação das moedas fortes. Se, inicialmente, essa intervenção visava apenas a administrar um recuso escasso, logo, em 1933, se transformaria em um sistema de câmbio duplo: um, regulado pelo Estado, que controlava as divisas provenientes das exportações agropecuárias e, outro, livre. Esse instrumento permitia ao Estado arbitrar os preços relativos e transferir divisas de um setor para outro, o que seria habitual na política econômica posterior. Assim, o papel do Estado argentino foi mais ativo, ao contrário do que ocorreu na política industrial no período imediatamente posterior à crise de 1929 (1929 a 1933).

Durante a década de 1930, estabeleceram-se novos mecanismos de intervenção do Estado na atividade econômica. A criação das juntas reguladoras de cereais e carnes (CAP) teve o objetivo de diminuir o impacto da crise mundial sobre os produtores rurais. A administração monetária passou às mãos do Banco Central, criado em 1935, e entrou em vigor o imposto sobre os lucros no sistema tributário.

Registrou-se, no período, um debate sobre os rumos do desenvolvimento e a inserção internacional do país. Um setor do radicalismo questionou a dependência em relação à Grã-Bretanha, debate que fazia parte da oposição à ordem oligárquica e à fraude. Dentro do próprio governo surgiram reivindicações para a normalização política e para uma nova política econômica fundada na expansão do mercado interno, num plano de habitação e infraestrutura e no apoio ao desenvolvimento das indústrias “saudáveis”, isso é, ligadas à transformação de matérias primas. O plano de Reativação Econômica apresentado ao Congresso Nacional pelo ministro da Fazenda, Federico Pinedo, em 1940, foi a expressão mais avançada desse movimento e, no que respeita as indústrias, não ia além das propostas formuladas por Vicente Fidel Lopez, entre outros, 70 anos antes. A política proposta implicava um realinhamento da política internacional com uma aproximação aos Estados Unidos, que emergiam como nova potência hegemônica e fonte principal de investimento estrangeiro nos setores em expansão, como o automotor e o químico.

Segundo Villanueva (1972), dois aspectos principais da política econômica do período devem ser ressaltados: a política de controle cambial e a política de proteção tarifária aos produtos importados. Sobre a política, desde 1923 o governo já vinha aumentando os preços das tarifas de referência sobre as quais se

calculavam os impostos de importações, tornando-os mais próximos dos preços praticados no mercado internacional. Dessa forma, o governo acabou protegendo o setor industrial argentino ainda que os interesses dessa política fossem inclinados para o equilíbrio fiscal das contas externas. O segundo item salientado por Villanueva surgiu para conter a depreciação do peso argentino sem acarretar diminuição de crédito e sem perder reservas em moeda estrangeira. A comissão de controle de câmbios passou a centralizar todas as operações de moeda estrangeira. O mecanismo funcionava da seguinte forma: era necessária aos exportadores a realização de depósitos de suas posses de divisas em bancos especialmente autorizados e a comissão teria a função de distribuir essas divisas segundo uma lista de prioridades. A lista de prioridades consistia, primeiramente, em garantir aos governos municipais, das províncias e nacional a moeda estrangeira para o pagamento de suas dívidas com o exterior. Logo após, vinham as importações de matérias-primas e de bens de consumo indispensáveis. (GERCHUNOFF e LLAACH, 2003).

Cabe aqui, ainda, salientar as observações de Azpiazu e Nochteff (1994), referentes ao processo de industrialização nos anos 1930. Para esses autores, a industrialização havia sido impulsionada como um meio explicitamente transitório para tentar manter a oferta agregada, o equilíbrio fiscal e o emprego, que foram prejudicados pela queda das exportações tradicionais: em outras palavras, para se ajustar transitoriamente a queda da demanda e dos preços das exportações. Contudo, devido ao impulso exógeno ocasionado pela escassez e pelas mudanças no comércio, durante a segunda guerra mundial, e às políticas econômicas e sociais do primeiro governo peronista, a substituição de importações avançou muito mais do que a elite agrária havia previsto inicialmente, pois ela acreditava que essa situação seria apenas transitória.

O comportamento adaptativo do setor agrário expressou-se muito nitidamente nesses anos, à medida que continuou com um processo que considerava transitório, o qual, na verdade, não requeria uma mudança profunda de comportamento, ou seja, a medida em que a situação externa, a guerra, permitia prosseguir com a industrialização sem grandes esforços de inovação, aprendizagem ou inversões de capital. Em outras palavras, seguiu um caminho que achava transitório à medida que continuar por esse caminho era uma “opção branda”. Sem dúvida, a elite agrária via

a industrialização como um fenômeno transitório. Quando Federico Pinedo, que foi provavelmente o ministro mais influente dos anos 1930, apresentou suas propostas de proteção e industrialização como instrumento transitório de ajuste à crise ocasionada pelos desajustes externos, elas foram aceitas. No entanto, quando, em 1940, o mesmo ministro apresentou um plano de industrialização como um novo caminho para o crescimento de longo prazo, a proposta foi completa e quase unanimemente rechaçada pelo seu próprio partido, o qual representava a elite econômica, e pela oposição (GERCHUNOFF e LLAACH, 2003).

No início da Segunda Guerra Mundial, a economia argentina já mostrava sinais de total recuperação da depressão ocorrida na década de 1930. Apesar de todos os efeitos negativos causados no mundo inteiro pelo conflito mundial, os efeitos da guerra foram menos nocivos do que o esperado para a Argentina. Tendo a industrialização como locomotiva do crescimento, o país logrou uma posição mais favorável do que outros países durante a Segunda Guerra Mundial. Devido às dificuldades do comércio internacional durante o início da década de 1940, a indústria de substituição de importações foi novamente beneficiada. Tal processo foi semelhante ao processo que ocorreu em meados da década de 1930 devido à crise mundial de 1929.

Um fenômeno sem precedentes na história Argentina ocorreu no período, pois exportou-se um volume considerável de produtos industrializados para os Estados Unidos e outros países da América Latina. A penetração dos produtos argentinos no mercado dos Estados Unidos deve-se ao fato de que, nesse período, os Estados Unidos estavam voltados para a produção de armamento bélico. Apesar do aumento no *quantum* de importações, durante a guerra houve dificuldades na importação de bens de capital e de matérias-primas necessárias para a indústria Argentina. Durante a Segunda Guerra Mundial, a produção Argentina cresceu a taxas anuais menores do que a de outros países da América do Sul. Enquanto o Brasil cresceu 2,89%, o Chile cresceu 4,07% e, o México, 5,25%, a Argentina cresceu apenas 2,45% (GERCHUNOFF e LLACH, 2003).

Os anos durante a Segunda Guerra Mundial tiveram efeito contraditório sobre o desenvolvimento da economia Argentina. Por um lado, ao restringir severamente as importações, surgiram novos estímulos à substituição de importações. Porém, ao

mesmo tempo, dificultou-se gravemente o processo de capitalização, ao suspender as importações de maquinaria e equipamento, indispensáveis à expansão da capacidade instalada na indústria e sua diversificação. Entre 1938 e 1945, o investimento de capital em maquinaria e da economia durante o conflito foi muito baixo. Entre 1939 e 1945, o produto interno bruto cresceu 13%, contra 23% nos seis anos anteriores, e o produto do setor manufatureiro aumentou em 27% contra 43% em 1933-1939.

TABELA 5 - Evolução da indústria manufatureira durante a guerra (1939-1945) – BASE 1953=100

Produtos	1939	1941	1943	1944	1945
Indústria Total	65,65	68,34	72,46	82,17	82,75
Alimentos	75,51	76,04	85,91	91,58	84,79
Têxteis	56,44	62,77	81,10	91,64	98,78
Couros	82,45	95,55	120,19	136,18	140,26
Papel e Celulose	66,53	80,14	87,88	88,50	89,90
Produtos Químicos	54,06	69,48	78,25	88,34	82,47
Borracha	66,40	73,93	16,62	15,69	14,99
Metais	75,97	72,95	58,17	81,33	77,14
Veículos e máquinas	53,50	52,19	65,40	71,22	74,62
Máquinas e equip. elétricos	32,86	34,90	26,08	25,43	24,29

Fonte: Rapoport (2000, p. 339)

O golpe de estado de 4 de julho de 1943 derrubou o presidente Castillo. O governo militar começou a antecipar as linhas do que pouco depois seriam as políticas do governo peronista. O Conselho Nacional do pós-guerra, estabelecido em 1944 e presidido pelo Coronel Perón, lançou a orientação básica de uma política industrialista tendente a eliminar os gargalos e provocar uma transformação da estrutura produtiva fundada no protagonismo da indústria manufatureira. A política internacional enfrentou as consequências da neutralidade argentina na guerra, a qual havia sido manifestada pelo governo de Castillo, até o alinhamento forçado do governo militar com a posição norteamericana, ao final do conflito. Num contexto de transformação social e de repúdio à dependência, o conflito provocado pela

intervenção na política interna de Spruille Braden, embaixador dos Estados Unidos, foi uma das plataformas em que se apoiou o triunfo do General Perón na eleição presidencial de 1946. O novo governo surgiu, assim, com um perfil radicalizado em suas políticas sociais, econômicas e em sua posição internacional.

2.3 A INTERVENÇÃO ESTATAL NA INDUSTRIALIZAÇÃO ARGENTINA (1945-1960)

A vitória de Juan Domingo Perón foi recebida pelos contemporâneos como uma ruptura com o passado agro-exportador e como uma continuidade do regime militar. Perón, antes de tomar posse do governo, acumulou os cargos de ministro da guerra, de secretário do trabalho e da previdência. Teve sua candidatura fortemente apoiada pelos sindicatos, pela igreja católica e pelos militares. Perón sempre teve como principal fundamento político uma visão corporativista da sociedade. Havia estudado economia política fascista em Turim; desse modo, uma concepção corporativa da sociedade veio substituir a visão classista dos sindicatos, até então predominante.

Por volta da metade da década de 1940, a indústria argentina encontrava-se com bases mais sólidas e com certa possessão de fundos para intervir, graças aos saldos positivos provenientes da venda de carnes durante a guerra. A mão-de-obra abundante proveniente do campo para os centros industriais também foi um fator de contribuição.

Como uma das características principais do governo peronista podemos citar a influência do Estado no plano econômico, a partir de medidas como a nacionalização e estatização dos setores de infraestrutura, a nacionalização do Banco Central argentino e a elevação dos gastos governamentais. Seguindo essa direção, o governo manteve as restrições às importações que pudessem competir com a produção doméstica. Nesse período foi implantado o sistema de preferências para as importações de matérias-primas e bens de capital: entre 60% e 80% das

permissões de importações eram destinados à aquisição de matérias-primas, produtos semielaborados e bens de capital para a atividade industrial.

Perón criou o IAPI (*Instituto Argentino para la promoción del intercambio*), que monopolizou a comercialização de cereais e comprava a colheita dos agricultores para vender ao exterior e também para o mercado interno, entre 1946 e 1949. Tal medida gerava uma margem de lucro para o governo e os lucros repassados aos agricultores eram razoáveis, a pesar de abaixo do real. O lucro excedente era destinado ao crédito barato para o setor industrial (GERCHUNOFF e LLAACH, 1975). O crédito barato chegava até a indústria por meio do Banco de Crédito Industrial Argentino. Geralmente, esse crédito era de longo prazo e as taxas de juros chegavam a ser negativas. No ano de 1946, 20% do crédito ao setor industrial era proveniente desse banco; porém, em 1949, 80% do crédito ao setor industrial era oriundo do BCIA.

Existem interpretações na historiografia econômica argentina de que, na verdade, não houve uma política econômica que se poderia considerar peronista, já que grande parte das ações tomadas pelo governo não eram executadas diretamente para beneficiar a economia, mas sim para atender aos objetivos políticos do governo. A economia estaria, assim, refém de interesses políticos que visavam, antes de tudo, à consolidação do poder peronista, ou seja, uma “hiperpolitização” da economia (CORTÈS-CONDE, 1998).

Segundo Ferrer, ao iniciar seu mandato, em 1946, o novo governo herdou, ao mesmo tempo, uma importante massa de reservas internacionais de cerca de 1,6 bilhão de dólares e uma economia descapitalizada, como resultado da forte restrição do equipamento, durante a década de 1930, e da II Guerra Mundial. Nesse contexto, durante o triênio 1946-1948, o governo levou até as últimas consequências o que poderíamos chamar de fase “clássica” do processo de substituição de importações, no quadro de uma redistribuição de rendimento em favor dos setores populares. Nesse período, adotou-se uma política altamente expansionista. A oferta monetária aumentou 250%, o gasto público passou de 16% para 29% do produto interno bruto e os salários e benefícios sociais foram drasticamente elevados. O capital estrangeiro, que, em 1913, equivalia a 50% do ativo fixo total existente no país,

reduziu-se a 5% em 1955. As remessas de lucros ao exterior declinaram de 58% a 2% do valor das exportações, entre 1919-1914 e 1955.

Por meio de controle de preços para artigos de consumo popular, subsídios a seu consumo, controle de aluguéis e arrendamentos rurais, política de salários mínimos urbanos e rurais, aplicação de remuneração anual complementar e melhoria de desempenho do sistema de seguridade social, produziu-se a expansão da demanda de consumo e uma forte redistribuição de renda em favor dos grupos de menores rendimentos. Entre 1946 e 1950 a participação dos assalariados na renda nacional aumentou de 39% para 46%. As condições de vida dos setores populares experimentaram melhorias sem precedentes no país.

Essas políticas tiveram importante efeito expansionista. O produto interno bruto aumentou em 16% entre 1946 e 1948, e os bens e serviços disponíveis, em 29%. As importações, longamente deprimidas pela crise de 1930 e pela guerra, cresceram rapidamente nesses anos. Esses fatos, somados à repatriação da dívida e à nacionalização das ferrovias e de outros serviços públicos, provocaram forte queda das reservas internacionais. Em 1949 houve inflação em forte expansão. A balança comercial achava-se fortemente deficitária e o déficit público passou de 7,2% para 17,8% do PIB entre 1946-1949.

As mudanças nos indicadores macroeconômicos imporiam modificações na condução da economia. As autoridades reduziram o crédito e desvalorizariam discretamente o câmbio, levando a uma queda no produto, mas sem mudanças significativas na política distributiva, como bem expressa a variação positiva do salário real. O agravamento das condições econômicas alcançou seu ápice em 1951. Cresceram os déficits na balança comercial: cerca de US\$ 300 milhões para um saldo de US\$ 142 milhões no ano anterior, e a taxa de inflação passou do dobro, frente à de 1950. Ademais, caiu o produto industrial e já a partir de 1951 apresentaram-se severos e crescentes déficits na balança comercial.

A partir de 1952, é possível notar grande mudança na condução da política econômica, quando se passou a privilegiar mais a estabilidade econômica do que o crescimento e mais a produção do que o consumo. Ao mesmo tempo, tornavam-se evidentes os problemas de fundo que se haviam gestado no país desde 1930 e que se consumariam nas duas décadas seguintes.

Segundo Ferrer (2006), o setor externo deflagrou a crise da política peronista do triênio expansionista. Em 1949, tanto as exportações quanto as importações declinaram em um terço. As reservas mantinham-se em torno de 150 milhões de dólares, após haver chegado a 1,6 bilhão de dólares, quatro anos antes, e as dívidas pendentes ascendiam a 1,5 bilhão de dólares. Enquanto a contração das importações reduzia a disponibilidade de bens, o crescimento da produção interna esbarrava no estrangulamento da capacidade produtiva gerada em um longo período de baixa capitalização. A severa seca de 1951-1952 provou drástica queda da produção agropecuária e dos saldos exportáveis e aprofundou o estancamento de longo prazo da produção rural.

Até o início da década de 1950, o governo manteve sua política monetária, fiscal e salarial expansionista. A pressão da demanda global sobre uma escassa disponibilidade de bens e serviços acelerou as pressões inflacionárias. Em 1952, os bens e serviços disponíveis eram 6% inferiores aos de 1948, enquanto a renda monetária crescera substancialmente entre esses anos. Em 1951, o aumento de preços chegou a limites até então sem precedentes em todo o século. O índice do custo de vida registrou um aumento de 37% e o dos preços no atacado, 48%. Cerceado pelo estrangulamento do balanço de pagamentos e pelo estancamento da capacidade produtiva interna, o governo peronista embarcou em novo curso de ação a partir de 1952. Perón, após ser reeleito, conseguiu um aumento na margem de manobra e implementou medidas impopulares visando a combater a inflação e os déficits nas contas externas. Houve redução dos gastos totais do governo em 23% e a inflação chegou ao mínimo de 3,1%, sendo implementada, então, uma política monetária restritiva. Visto que o grande gerador de divisas era o setor agrícola, este ganhou peso em relação à indústria. Os preços ao consumidor, que variaram entre 13% e 20% entre 1945 e 1948, chegam a mais de 30% em 1949 e permanecem nesse patamar pelo menos até 1952, quando, em função da reversão da política econômica, a inflação se estabiliza em torno de 4% para o biênio de 1954-1955.

Como a substituição de importações estava limitada à produção de bens não duráveis, Perón buscou estimular a instalação de indústrias básicas. Todavia, essa estratégia ficava limitada, pois era necessária a importação de bens de capital e de matérias-primas do exterior.

Nesse contexto, o governo peronista adotou uma estratégia, para enfrentar o estrangulamento externo, que se apoiava em duas bases. Uma era estimular a produção agropecuária por meio da melhoria dos preços relativos do setor rural. A outra, a promoção da entrada de investimento e de empréstimos do exterior.

Segundo Ferrer (2006), sobre a base de uma firme política de renda, sustentada pelo compromisso dos sindicatos com o governo, a nova política conseguiu estabilizar o sistema e iniciar uma modesta recuperação. Mas a fratura da densidade nacional era irrecuperável. Em 16 de setembro de 1955, Perón foi deposto. O golpe ficou conhecido como “Revolução Libertadora” e tinha por objetivo restaurar a normalidade constitucional. Esse golpe proibiu o partido peronista de disputar eleições, sendo que Perón foi exilado na Espanha. No período compreendido entre a queda de Perón e o acesso de Frondizi à presidência, em maio de 1958, foi adotado um conjunto de medidas orientadas ao enfraquecimento do poder sindical, à redistribuição da renda em benefício dos grupos afetados pela política peronista, à vinculação do país com os círculos financeiros e econômicos internacionais e ao desmantelamento do aparelho intervencionista montado pelo peronismo. O governo *de facto* apelou para o aconselhamento de Raul Prebisch, então secretário executivo da Cepal. Prebisch era um economista de renome internacional, conhecido por suas posturas heterodoxas. Elaborou vários relatórios e uma proposta em que enfatizava a necessidade de recuperar a estabilidade e os equilíbrios macroeconômicos, mas não teve oportunidade de executar suas estratégia de desenvolvimento. A situação não era favorável a um plano econômico de longo e médio prazo.

Ao mesmo tempo em que se restabelecia o controle dos interesses tradicionais sobre o aparelho produtivo, comercial e financeiro, a expansão das exportações agropecuárias e o ingresso de capitais estrangeiros continuaram a constituir os elementos-chave para enfrentar o estrangulamento externo. A anulação do convênio com a *California Petroleum Company* coexistiu com a abertura em relação aos países desenvolvidos e aos organismos financeiros internacionais. De qualquer forma, as entradas de capital estrangeiro permaneceram em níveis baixos no período de 1955 a 1958. Após a queda de Perón, foram liberalizadas as importações e eliminadas as restrições quantitativas. O controle das importações se fez por meio da taxa de câmbio e dos depósitos prévios, isto é, a partir do

encarecimento das importações. No entanto, isso não foi suficiente e a deterioração do saldo da balança comercial levou ao restabelecimento de restrições quantitativas no início de 1958.

A política fiscal e monetária teve efeito relativamente neutro sobre o nível da demanda global. O produto manufatureiro e o produto global cresceram moderadamente em 1955 e em 1957, o que deprimiu o consumo dos setores populares, ao mesmo tempo em que a taxa de investimento se contraía ligeiramente. A taxa marginal de investimento, isto é, o investimento sobre o aumento da renda, declinou a 16%, entre 1955 a 1957.

O governo Frondizi, inaugurado em maio de 1958, introduziu mudanças drásticas na política econômica, além de uma nova estratégia para enfrentar o estrangulamento do balanço de pagamentos. Frondizi aplicou uma política econômica baseada nas ideias de Prebisch. Com o objetivo de desenvolver a indústria, seria necessário criar uma assimetria na estrutura industrial, pois a substituição de importações se havia dado de forma mais intensa nas indústrias leves. A hipótese era de que o estrangulamento do balanço de pagamentos decorria do subdesenvolvimento das indústrias básicas e, conseqüentemente, da dependência das importações de materiais industriais essenciais, como o aço, o papel de imprensa e os produtos químicos. O déficit da produção petrolífera completava esse quadro de dependência externa. Em 1957, 25% das importações da Argentina eram de petróleo. Cinquenta por cento eram compostos por produtos siderúrgicos e outros materiais destinados ao abastecimento da indústria manufatureira. O objetivo perseguido foi, portanto, o rápido desenvolvimento das indústrias básicas e de petróleo.

Para obter uma interação nacional, foram iniciados pelo governo inúmeros investimentos para a construção de infraestrutura, estradas e estímulos à produção nacional de automóveis e de caminhões. Naquela época, 50% da população, 70% dos transportes e 80% da atividade industrial estavam situados em um raio de 300 km de Buenos Aires (GERCHUNOFF e LLAACH, 2003).

O PIB da Argentina cresceu somente 8,3% entre 1958 e 1961, após haver sido inferior em 1959 e, em 1960, haver ficado praticamente no nível do de 1958. No entanto, os bens e serviços disponíveis cresceram mais do que o produto, devido ao

excesso de importações sobre as exportações. A política do governo Frondizi revelou a possibilidade de rápido lançamento de uma política agressiva de investimentos, orientada para a expansão da capacidade produtiva em setores estratégicos, como combustíveis e indústrias dinâmicas. Ao mesmo tempo, as bases em que se assentava essa política eram débeis. A suposição implícita era de que se poderia comprimir indefinidamente o coeficiente de importações e permitir o crescimento com uma redução permanente da abertura externa da economia. O limite desse processo, naturalmente, é a autarquia. Porém, nem mesmo com resultados notáveis, como a rápida expansão petrolífera e a substituição de importação de combustíveis, foi possível a redução do coeficiente de importações além dos limites alcançados no final da década de 1950, isto é, em torno de 10%. A estratégia levava, inevitavelmente, ao estrangulamento do balanço de pagamentos, agravado pelo peso crescente da dívida externa. Cabe salientar o destaque da substituição na área energética: a produção anual de petróleo, que era de 5,6 milhões de metros cúbicos, trinta meses depois passou a ser de 16 milhões, e a economia de divisas obtida representou cerca de 300 milhões de dólares anuais.

Em 1961 vieram à tona as contradições do processo. O setor externo entrou novamente em crise sob o efeito de um baixo nível de exportações, do peso crescente do endividamento externo e de uma crescente falta de confiança na estabilidade da moeda argentina. A decisão do governo de manter o regime de câmbio livre e sustentar a cotação do peso a 83 por dólar gerou uma perda crescente de reservas internacionais. Por outro lado, diante da pressão social e das necessidades de políticas decorrentes das eleições programadas para março de 1962, o governo afrouxou as políticas salariais, de gasto público e monetárias.

Em 1962 o Banco Central Argentino sinalizou que as divisas estrangeiras demandadas pelo setor automobilístico, que crescia vertiginosamente no período, somavam 300 milhões de dólares. Tal fato mostra que a economia de divisas gerada pela substituição de importações petrolíferas foi absorvida pelo setor.

Os problemas do governo Frondizi iam além da esfera econômica. O conflito peronismo/antiperonismo estava presente no cenário político e se infiltrava no árbitro decisivo da situação: as forças armadas. O governo suspendeu a proscricção do

peronismo e o terreno da disputa passou a referir-se, em primeiro lugar, à eleição de 1962 para governador da província de Buenos Aires.

Apesar do aparente sucesso econômico do governo Frondizi, as forças militares intervieram e depuseram-no em 1962, devido à sua aproximação com os peronistas.

2. 4 EXPANSÃO ECONÔMICA E ABERTURA COMERCIAL NA ARGENTINA

Com a queda de Frondizi, instalou-se novamente a política liberal. É fato significativo que o primeiro-ministro da economia, depois do golpe militar de março de 1962, tenha sido o doutor Federico Pinedo, principal condutor da política econômica na década de 1930. Em 1962 assume o governo o militar José Maria Guido, até o ano de 1963, quando é eleito Arturo Illia, que governa de 1963 a 1966. Ao assumir o governo, Illia encontra perspectivas econômicas melhores do que as dos dois primeiros anos da década de 1960. Tais perspectivas resultavam da existência de recursos ociosos oriundos do projeto desenvolvimentista de Frondizi, que permitiram a implementação de políticas econômicas expansionistas sem gerar pressões inflacionárias.

A substituição de importações já havia penetrado em vários setores da indústria, mas algumas ainda necessitavam de importação de bens de capital. Essas importações chegavam a representar 90% das importações feitas pela nação, na época. Nesse contexto, ainda era uma importante questão para a saúde econômica da Argentina a geração de divisas para proporcionar as importações necessárias para o setor industrial argentino. Illia aplicou políticas moderadas e Keynesianas, como a desvalorização leve e periódica da moeda, a expansão do gasto público, o congelamento tarifário e a emissão monetária para financiar créditos com preferência industrial. Durante o governo de Illia, as exportações alcançaram níveis substancialmente superiores aos dos anos anteriores, chegando, em 1966, a 1,6 bilhão de dólares, isto é, 60% a mais do que o nível de 1961. Por outro lado, as importações se mantiveram em patamar baixo durante o período. Durante o período

Illia, registrou-se um debilitamento da formação de capital. Segundo estimativas do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social, o investimento bruto em maquinaria e em equipamento nacional e importado caiu mais de 20% entre 1961 e 1964. O investimento público experimentou redução de magnitude semelhante.

A reativação econômica teve como efeito a redução da taxa de desemprego de um patamar de 8,8%, em 1963, para 4,6% em 1965. Ademais, o setor exportador acumulou consideráveis saldos comerciais entre 1963 e 1966.

O PIB argentino cresceu a uma taxa média de 5,4%, sem interrupções, entre 1964 e 1971, fato não visto desde o fim do período agroexportador. Tal crescimento ocorreu principalmente devido ao aumento das exportações e da melhoria do cenário externo.

Em 1965, o governo Illia entrou em conflito com os militares. A crise política agravou-se quando o governo concedeu participação nas eleições aos partidos identificados como peronistas. Dessa forma, utilizando os argumentos dos golpes passados – manutenção da ordem constitucional e da segurança nacional –, os militares tomaram novamente o poder em 1966, instaurando o início da “Revolução Argentina”, comandada por Juan Carlos Onganía.

Planos audaciosos caracterizaram a “Revolução Argentina”. Após o golpe, foi anunciado um plano geral que era composto de sucessivas fases: um tempo econômica, no qual a Argentina ficaria mais rica, um tempo social, no qual a riqueza da Argentina seria distribuída, e um tempo política, que seria caracterizado pela instauração de um sistema político permanente e estável.

No setor industrial ainda não existia uma completa substituição de importações para os setores de base, tornando saliente o problema dos constantes estrangulamentos externos, fato que restringia a margem para substituir a produção importada por produção nacional. Dessa forma, passou-se a fomentar as exportações industriais como forma de reduzir a dependência em relação às exportações oriundas do setor agropecuário, ao mesmo tempo em que se estimulou a competitividade internacional da indústria Argentina.

O desenvolvimento industrial ocorrido depois de 1963 causou um avanço significativo na estrutura industrial do país. Foi registrado após esse período um crescimento industrial de 50% até a década de 1970, sendo que as indústrias

ligadas aos setores dinâmicos cresceram fortemente, alcançando uma taxa média anual de 9,4% entre 1964 e 1971, com destaque para a indústria química (10%) e a indústria metalúrgica (9,3%) (GERCHUNOFF e LLAACH, 1975).

A produção de bens de consumo não duráveis recuperou-se, comparando-se à indústria de bens de consumo duráveis, visto que o crescimento das indústrias tradicionais registrou taxas de 4,1% de 1965 a 1971, tendo como principal impacto o aumento da capacidade do setor industrial de empregar mão-de-obra, uma vez que o setor de bens não duráveis é menos mecanizado. Devido ao aumento na demanda por trabalhadores, houve aumento de 33.7% nos salários entre 1964 e 1971, o contrário da experiência brasileira, que havia iniciado, nesses anos, uma política de repressão sindical e de corte nos salários. Dois terços dos postos de trabalho criados na indústria entre 1951 e 1970 correspondem ao período iniciado em 1965 (GERCHUNOFF e LLAACH, 2003).

Em 1973, o governo do General Lanusse reconheceu que seria inviável manter a proibição eleitoral do partido peronista. Nesse ano, a juventude peronista forçava o regresso de Perón ao poder por meio de consistentes protestos, impedindo a possibilidade de equilíbrio político na Argentina. Os sindicatos, principais e tradicionais grupos de apoio a Perón, agiam no sentido de fazer retornar ao país sua principal liderança. Nas eleições de 1973, foi eleito presidente o candidato do partido peronista, Hector Campora, já que Perón não poderia ser candidato. No entanto, Hector ficou apenas 50 dias no poder. Nova eleição ocorreu, a qual elegeu Perón para presidente, juntamente com sua esposa, Maria Estela de Perón, como vice.

O governo de Perón deu forte ênfase às exportações industriais, sendo que a principal contribuição para o setor foi a introdução de uma série de incentivos para a comercialização no exterior da produção industrial Argentina. Além disso, foi anunciado um generoso apoio creditício e técnico às pequenas e médias empresas, como forma de aposta em seu potencial exportador.

Perón exerceu a presidência até sua morte, em julho de 1974. A fase final do retorno do peronismo ao poder, num contexto de crescente desordem e violência, corresponde ao exercício da presidência por Isabel Perón, até sua deposição, em março de 1976.

Diante do descontrole econômico apresentado no início da década de 1970, a situação política agravou-se e novamente acontece um golpe militar, em março de 1976. Assim, no mesmo ano, tomou posse o General Jorge Rafael Videla, que ficou no poder de 1976 a 1981 e optou por uma política caracterizada por estabilidade econômica, austeridade fiscal e liberalização comercial para o setor industrial.

Devido à crise do petróleo de 1979 e à elevação da taxa de juros nos EUA, o processo de substituição de importações na Argentina estava esgotado. O início de seu esgotamento deu-se com a política de abertura comercial implantada pelo governo militar em 1976. O principal objetivo dessa política econômica era diminuir a proteção industrial e incentivar a diversificação de exportações. Sua implementação pode ser dividida em quatro momentos, segundo Katz (1986): Primeiramente, houve liberalização dos preços e congelamento dos salários, política monetária ativa ao iniciar-se a liberalização dos preços, flexibilização da política salarial e, finalmente, apreciação real do câmbio com uma política monetária passiva.

Ao longo de todo o período de 1976-1977, foi reduzida a tarifa média de importações e foram extintos os câmbios múltiplos e as restrições financeiras às importações. O nível de atividade econômica começa a se recuperar no início de 1977, ano em que o PIB argentino cresceu 5%, devido ao forte incremento das exportações, causando melhora na balança de pagamento e saldo positivo de reservas internacionais.

A conjuntura do início dos anos 1980 foi desfavorável para a indústria argentina, dando início a um novo ciclo de políticas econômicas. O peso apreciado afetou fortemente a indústria. Esse fenômeno, associado à existência de altas taxas de juros reais, à redução de tarifas de importação e à contração da demanda doméstica – devido à inflação elevada e à crescente penetração de produtos importados no mercado interno –, acabou eliminando toda a possibilidade de ajuste competitivo da indústria argentina.

Devido a tal conjuntura, a economia argentina entrou em recessão e o balanço de pagamentos começou a se deteriorar. A fuga de capitais, em 1981, alcançou 9 bilhões de dólares.

Cabe aqui ressaltar que, em 1975, o setor manufatureiro representava 27,8% do PIB argentino, enquanto em 1983 representava 24,2%. Ou seja, o produto industrial caiu 20% durante esses oito anos (KATZ e KOSACOFF, 1986).

A partir desses dados, é possível observar que a abertura comercial adotada pela Argentina, além de selar o modelo de substituição de importações, provocou, de certo modo, a desindustrialização do país, ao expor a indústria nacional aos produtos internacionais. Um fato marcante desse momento a ser salientado é a moratória do México, em 1982. Em decorrência desse acontecimento, empréstimos do exterior ficaram escassos e o crescimento ficou limitado às necessidades de pagamento da dívida externa. A partir desse momento, verifica-se um processo de diminuição da participação da indústria no PIB Argentino, visto que, em 1983, representava 24,2% do PIB e, em 1990, a indústria representava 17,9% do Produto Interno Bruto argentino.

3 A FORMAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

O objetivo principal deste capítulo é analisar a realização do processo de formação industrial no Brasil. Será utilizada uma abordagem histórica, para efeito desta análise. Apesar de a colonização do Brasil ter começado no início do século XVI, a indústria manufatureira surgiu apenas na metade do século XIX e só veio a representar papel importante na economia brasileira em meados do século XX. No Brasil, o processo de substituição de importações foi impulsionado pela crise mundial que teve início em 1929.

Para facilitar a abordagem sobre o tema, o processo de industrialização brasileira será exposto, neste trabalho, dividido em etapas. A primeira etapa é caracterizada pelo período de 1889 a 1930, período no qual o Brasil era uma oligarquia fechada, que representava os interesses rurais de dois estados: São Paulo e Minas Gerais. Nessa etapa será analisada a relação entre o capital rural e a formação de um setor industrial infante. Durante o governo de Getúlio Vargas, período que compreende de 1930 a 1945, tem início a fabricação nacional de bens de consumo não-duráveis.

O período pós II Guerra Mundial até o início do governo de Juscelino Kubitschek caracteriza a terceira etapa, na qual foi constatado desenvolvimento industrial mais acentuado do que no período anterior. Após a posse de Kubitschek como presidente, tem início o período do plano de metas, o qual deu nova roupagem à indústria nacional, dando-lhe novos rumos com uma política desenvolvimentista.

A quarta etapa seguirá do fim do governo de Kubitschek, em 1961, até o ano de 1973, quando ocorreu a passagem do regime democrático no Brasil para o regime militar e quais foram as mudanças na política industrial brasileira durante esta transição.

Por último, a etapa que se inicia após a crise internacional do petróleo, em 1973, até meados da década de 1980, mostrará os impactos da crise internacional no desenvolvimento industrial brasileiro e também retratará alguns impactos da década perdida na indústria nacional.

3.1 O CAPITAL CAFEIEIRO E SUA RELEVÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DE CAPITAL INDUSTRIAL NO BRASIL

Desde 1820, o café aparece entre os principais produtos de exportação do Brasil, ao lado do açúcar e do algodão. De 1840 a 1970 (por mais de um século), o café representou 40% do valor total das exportações brasileiras. Segundo Gremaud (1997), São Paulo firmou-se como o principal estado produtor, sendo responsável, entre 1900 e 1930, por 60% a 70% do total do café produzido no Brasil. Minas Gerais aparece, nesses anos, com 15% a 20%; Rio de Janeiro, com 5% a 10% e outros estados completam o total. Os fatores que determinaram o predomínio de São Paulo na produção cafeeira foram o maior fluxo de imigrantes europeus recebidos no estados destinados, a lavoura de café e a expansão de crédito, a partir da reforma bancária aprovada ainda no fim do império, mas efetivamente implementada no começo da república, forneceu recursos relativamente fáceis para a formação de novos cafezais. O mesmo efeito teve a expansão ferroviária: a extensão das linhas férreas em São Paulo cresceu cerca de 1.600 km, em 1900, franqueando novas áreas à exploração cafeeira pela redução de custo de transporte.

Finalmente, cabe considerar as condições do mercado para absorver essa crescente produção. Para tanto, convém retornar aos meados da década de 1880. De 1885 a 1890, o preço internacional do café cresceu rapidamente, aumentando também o valor total das exportações de café do Brasil. Essa elevação não se refletiu integralmente nos preços internos, pois foi amortecida pela valorização da moeda nacional. A própria receita de divisas propiciada pelo crescente valor das exportações de café, somada aos recursos advindos de empréstimos externos havia criado uma situação extremamente favorável no mercado cambial, colocando a taxa de câmbio próxima de 27d/mil-réis, que era a paridade oficial da moeda brasileira.

Concomitantemente, a indústria brasileira se desenvolvia lentamente, junto com a produção cafeeira, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que os dois estados, juntos, representavam 65% da produção industrial nacional em 1920.

Segundo Tavares (1986), a atividade industrial tinha como centro o comportamento da demanda externa por produtos primários e, primeiramente, o desenvolvimento do setor exportador deu lugar a um processo de urbanização, ao longo do qual se iam estabelecendo as chamadas indústrias de bem de consumo interno, como as de calçado, tecido, vestuário, móveis etc.

Um fato importante a ser salientado durante esse período é a substituição do trabalho escravo e a adoção do trabalho assalariado, processo que ocorreu impulsionado pelos seguintes fatores: proibição do tráfico de escravos, em 1850, alta mortalidade de escravos devido à intensa exploração e aumento dos preços dos cativos de modo a não mais compensar, economicamente, sua utilização. Como já visto anteriormente neste capítulo, o trabalho escravo foi substituído pela mão-de-obra imigrante.

Para Gremaud (1997), os imigrantes europeus tinham uma bagagem cultural (em termos de educação, habilidade técnica e adaptação ao trabalho urbano) mais adequada à sociedade industrial do que a dos escravos libertos e mesmo a dos trabalhadores nacionais livre. Em poucos anos, foram introduzidas centenas de milhares de trabalhadores que, pelo menos potencialmente, estavam aptos a ingressar no mercado de trabalho industrial.

A análise, agora, passa para a verificação da relação do capital cafeeiro com o nascimento da indústria no Brasil, visto que a especialização produtiva exigida pela divisão internacional do trabalho deixava em segundo plano o desenvolvimento da indústria no país.

Para Cardoso de Mello (1984), os deslocamentos dos recursos produtivos passam do setor cafeeiro para o setor industrial devido a diferentes fatores: as transferências ocorriam quando o setor cafeeiro se via imerso em crises de superprodução e queda de preços ou quando choques externos reduziam a capacidade de importação do país, tornando tal momento uma boa oportunidade para investimentos industriais. A decadência do setor produtor de café disponibilizou a mão-de-obra para o setor industrial juntamente com o capital necessário para os investimentos nesse setor.

Segundo Cardoso (1961), as novas condições de exploração de café criaram, ao mesmo tempo, tanto a mão-de-obra livre quanto o mercado consumidor, além de

terem instigado, nos mais audazes dentre os fazendeiros, comerciantes ou antigos imigrantes que passaram a negociar ou trabalhar em oficinas nos núcleos urbanos, o espírito de empresa. Este consiste na descoberta de que havendo mercado para consumo, de um lado, e havendo capital acumulado nas mãos de alguns e outros necessitando vender sua própria força de trabalho para sobreviver, basta adquirir meios técnicos para a produção e oferecê-los, em troca de salário, aos que possuem aptidões para manejá-los.

A industrialização não deve ser vista isoladamente, como a introdução da fábrica na produção manufatureira, mas sim como fruto de um processo que envolve as relações sociais capitalistas e que pressupõe expansão do mercado, divisão do trabalho e acumulação do capital.

De acordo com Gremaud (1997), ao final da década de 1920, 85% da produção industrial brasileira pertencia ao ramo de bens de consumo, com especial atenção para indústria têxtil (27%), alimentos (33%) e roupas e calçados (8%). Além das indústrias tradicionais de bens de consumo, na década de 1920 já havia um parque industrial razoavelmente diversificado e integrado, em particular com o surgimento ou a expansão de indústrias de bens intermediários e de bens de produção. No entanto, tal fato não chega a alterar de forma substancial a estrutura setorial da indústria, na qual continua a predominar a produção de bens de consumo, embora mostre a existência de uma dinâmica mais complexa de crescimento industrial.

Nos anos 20, no entanto, observa-se presença mais frequente do capital estrangeiro, como nota Suzigan:

A formação de capital na indústria de transformação ainda era em grande parte baseada no capital originalmente acumulado em atividades ligadas ao setor exportador, pelo menos até o fim da década de 1920. Entretanto, os investimentos diretos de capital estrangeiro desempenharam papel importante na diversificação da estrutura industrial que começou nesse período, com participação substancial na maioria das indústrias que começaram a se desenvolver a partir da década de 1920, e mesmo durante a Primeira Guerra (SUZIGAN, 1986, p. 351).

Desde o início do século XIX foram recorrentes as sucessivas baixas nas cotações internacionais do preço do café, fato que resultava num inevitável excesso de oferta de tal produto. Para sanar esse problema, foram formuladas políticas de valorização do café, que consistiam na retirada do mercado de parte da produção, o que reduziria a oferta do produto no mercado internacional, garantindo, assim, o nível de preços e mantendo o nível de renda dos cafeicultores. O Estado entrava como comprador dessa mercadoria excedente e vendia em momentos oportunos, ou seja, quando a demanda pelo café estivesse alta.

Para Furtado (1997), a política de valorização teve êxito em assegurar a alta rentabilidade do setor cafeeiro desde o início do século XIX até o final da década de 1920. Essa política tinha como efeito colateral o estímulo ainda maior à produção, fazendo os problemas acumularem para o futuro. Desse modo, essa política acabava tornando a produção de café atraente e, conseqüentemente, criava novos problemas de super oferta.

Para solucionar o problema foi necessário recorrer a empréstimos externos, apesar de que tivessem como reciprocidade o fato de que os credores obtinham as maiores vantagens na repartição da renda da cultura cafeeira, uma vez que os cafeicultores brasileiros deveriam pagar altos impostos ao governo para saldar seus compromissos. A consequência dessa dinâmica foi dependência aos empréstimos externos, tornando o país mais vulnerável às crises internacionais.

De maneira geral, o poder oligárquico ligado ao setor cafeeiro estava intimamente ligado ao governo federal, o qual durante os primeiros trinta anos do século passado não pensaram em mudar a característica principal da economia brasileira a época. A indústria estava atrelada ao capital proveniente da exportação do café, que gerava divisas necessárias para as importações de bens de capital essenciais à produção. Dessa maneira, a economia brasileira como um todo, e não somente a indústria, estava altamente exposta à volatilidade da conjuntura internacional.

3.2 A ERA VARGAS E O INÍCIO DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES (1930-1945)

Como visto no item anterior deste capítulo, a economia brasileira estava exposta às oscilações do setor externo, e a crise de 1929 prejudicou fortemente o setor cafeeiro, causando abalo em todas as estruturas, tanto sociais quanto políticas e econômicas. Devido ao fato de que as exportações não estavam gerando divisas suficientes para a realização de importações de bens manufaturados, iniciou-se um processo de substituição dos bens manufaturados, que antes eram importados.

Segundo Gremaud (1997), entre 1929 e 1932 há estagnação no conjunto da indústria: a produção cresceu à taxa média de 1% ao ano, mas esse crescimento deveu-se apenas a dois ramos (minerais não-metálicos e têxtil), pois todos os demais sofreram declínio absoluto da produção (e, em alguns ramos, em ritmo bastante acelerado). Já entre 1933 e 1939, as taxas de crescimento são bastante elevadas em praticamente todos os ramos, o que resultou no crescimento médio da indústria em 11,2% ao ano. Essa taxa é particularmente expressiva se comparada ao ritmo de crescimento das décadas anteriores: de 1911 a 1919, 4,6%; de 1920 a 1928, 3,9%.

As séries anuais indicativas do nível da produção industrial apresentadas na tabela 6 registram, no ano de 1933, o início da recuperação da indústria brasileira.

TABELA 6 - Taxas anuais de crescimento da produção industrial, 1929-1932 e 1933-1939 (percentagem)

Classes e gêneros de Indústria	1929-1932	1933-1939
Indústria Extrativa Mineral	-6,3	8,1
Indústria de Transformação	1,0	11,3
Minerais não metálicos	13,3	19,9
Metalúrgica	-3,5	20,6
Papel e Papelão	0,8	22,0
Couro, Peles e Produtos Similares	2,5	2,7
Química e Farmacêutica	-9,7	10,6
Perfumaria, Sabões e Velas	-1,6	15,8
Têxtil	8,4	11,2
Vestuário	-12,5	9,8
Produtos Alimentares	-0,4	1,9
Bebidas	-8,7	8,4
Fumo	-5,1	5,2
Total da Indústria	1,0	11,2

Fonte: Villela e Suzigan (1973), p. 211

A capacidade ociosa deve ter permitido um primeiro surto de crescimento, pois as importações de equipamentos para a indústria foram elevadas até 1929 – conforme mostra a tabela 7 –, ano que já registra declínio da produção. Portanto, deveria haver razoável margem de utilização da capacidade ainda em 1933 (quando se recupera o nível de produção de 1928), que, somada à possibilidade de multiplicação dos turnos de trabalho, poderia sustentar um primeiro avanço da indústria.

TABELA 7 - Indicadores da produção industrial, 1927-1939 (1929=100)

Ano	Produção industrial
1928	100
1929	95,7
1930	93,3
1931	90,6
1932	91,5
1933	99,7
1934	107,2
1935	115,6
1936	132,9
1937	137,8
1938	144,4
1939	152,4

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Para Furtado (1997), a importação de equipamentos e a produção interna de bens de capital entram em jogo quando se esgota a capacidade ociosa instalada no Brasil. Furtado chama atenção para a possibilidade de importação de máquinas usadas a preços muito baixos, em função dos efeitos da grande depressão sobre a indústria americana e europeia. Os dados de importação de bens de capital para a indústria mostram sua redução até 1932 (atingindo a quarta parte do nível máximo de 1929) e seu crescimento de 1932 a 1939, retomando os níveis da década de 20. Mesmo que não seja possível distinguir bens de capital usados, a hipótese de que a importação de bens de capital permitiu a ampliação da capacidade produtiva nos anos 30 parece plausível a partir desse dado. É possível perceber que o crescimento da indústria exigia, apesar da crise do setor externo, pesadas importações de bens de capital, como sugere a lógica da substituição de importações.

Para Bresser Pereira (1985), nesse mesmo período os preços dos produtos importados haviam aumentado vertiginosamente, devido às desvalorizações cambiais. Assim, a queda do poder aquisitivo externo da moeda brasileira, associada à manutenção do poder aquisitivo interno, resultou no incremento

significativo dos preços relativos dos produtos importados. Tudo isso gerou grandes oportunidades para os empresários brasileiros realizarem investimentos altamente lucrativos no setor industrial.

Devido aos investimentos realizados pelo empresariado brasileiro na época, em 1935 a produção industrial foi 27% maior que a de 1929, chegando a ser 90% maior que a de 1925. Se essa comparação for feita em termos absolutos, nos anos 1920 foram criados 4.697 estabelecimentos industriais, enquanto na década seguinte foram criados 12.232. A década de 1930 pode ser analisada como uma época que impulsionou o desenvolvimento industrial brasileiro e o processo de substituição de importações de bens leves.

Para Tavares (1986), o ciclo de industrialização que se inicia com a recuperação econômica em 1933 e se afiança pela aceleração do crescimento industrial até 1937, posteriormente pelas condições de proteção econômica da segunda guerra mundial, ocorre com o desenvolvimento mais do que proporcional do setor de bens de produção em todo o período. Entenda-se, no entanto, que esse não é ainda o setor dominante do processo de acumulação industrial, porque sua capacidade produtiva, nos principais ramos de bens de produção, é insuficiente para atender sequer às necessidades correntes de funcionamento da economia a uma taxa de acumulação mais alta. Muito menos é capaz de manter a capacidade produtiva crescendo a um ritmo sustentado à frente da demanda final. A dinâmica do crescimento continua a depender basicamente do crescimento do setor de bens de consumo assalariado previamente instalado e estende-se daí para o setor de bens de produção, ambos devidamente protegidos da competição externa pelo estancamento da capacidade para importar que se manteve até o fim da segunda guerra mundial. Nesse sentido é que se pode falar de substituição de importações, dado que o montante absoluto das importações de bens de produção só seria ultrapassado em alguns ramos, em 1947, quando o ritmo de crescimento da produção industrial acelera-se em relação ao período anterior à crise.

Nos anos iniciais da guerra, houvera restrições ao funcionamento da indústria pela limitação de diversos tipos de importações. Desse modo, o crescimento médio da produção industrial entre 1939 e 1942 foi menos do que nos anos 30, sendo que vários ramos apresentaram declínio absoluto da produção. Essa tendência inverteu-

se nos anos 1943-1945: a produção industrial voltou a crescer aceleradamente, ficando em 9,4% ao ano em média. É importante salientar que alguns ramos foram beneficiados pelo esforço da guerra, pois seus produtos puderam ser exportados para países beligerantes ou, ao menos, para outros países que não podiam dispor da oferta de seus fornecedores tradicionais em função da guerra. Borracha e têxteis são dois exemplos típicos desse resultado particular dos anos da segunda guerra mundial.

Para Malan (1977), o desempenho industrial na primeira metade dos anos 1940 ainda dependia muito de insumos importados.

TABELA 8 - Taxas de crescimento anuais da produção e da importação industriais totais, 1939-1945 (percentagem em relação ao ano anterior)

Ano	Importações	Produção
1940/39	-18,5	2,3
1941/40	3,0	10,0
1942/41	-33,4	-0,3
1943/42	16,7	13,3
1944/43	35,8	10,7
1945/44	4,6	4,4

Fonte: Gremaud (1997), p. 144

Embora não exista perfeita correlação entre as taxas de crescimento das importações industriais e a da produção industrial, é possível admitir, com base nos dados da tabela 8, que a limitação das importações restringisse o crescimento da indústria. É certo que, em alguma medida, a relação pode ser lida na direção contrária: um baixo crescimento industrial também reduz as importações industriais. No entanto, para o início dos anos 1940, a primeira forma da relação parece mais plausível.

De maneira geral, no período analisado neste item verifica-se que a crise mundial de 1929 provocou um colapso nos preços de exportações do setor cafeeiro, o qual foi contrabalançado pela política de compra e queima dos estoques, realizada pelo governo, resultando na manutenção da renda dos cafeicultores e do nível de demanda interna. Tal fato acabou por estimular o uso da capacidade ociosa das

indústrias, o que deu início a um processo de substituição de importações de bens leves, gerando uma força propulsora ao desenvolvimento da indústria nacional, durante toda a década de 1930 até meados da década seguinte.

Neste ponto torna-se importante salientar o papel do Estado. A política econômica durante o primeiro governo Vargas iniciou um processo de centralização política e administrativa, visando a transferência de poderes e atribuições para a esfera Federal. No plano econômico, o governo ingressava na atividade produtiva por meio de empresas estatais e também passou a intervir nas relações entre capital e trabalho urbano, transformando a questão social num problema de estado.

Uma preocupação embrionária com o planejamento econômico também se manifestou no primeiro governo Vargas: o Conselho Federal do Comércio Exterior, em 1934, teve atribuições mais amplas do que as sugeridas por seu nome. Além da coordenação das atividades exportadoras, fez levantamentos, estudos e propostas sobre o desenvolvimento de diversas atividades, como siderurgia, carvão mineral, combustíveis líquidos, eletricidade e soda cáustica. Outros órgãos criados no período também evidenciaram a preocupação com a questão da economia: em 1934, o Instituto Nacional de Estatística e Plano Geral de Viação Nacional; em 1937, o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Técnico de Economia e Finanças; em 1938, o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE); em 1944, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Durante a Guerra, também se organizaram comissões voltadas à coordenação das atividades econômicas, em função do momento peculiar por que se passava: o plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa (1939), a Coordenação da Mobilização Econômica e o Plano de Obras e Equipamentos (1943).

Apesar da criação de desses órgãos, ainda não é possível caracterizar o período como de uma política de industrialização ativa e planejada.

3.3 O PERÍODO DE 1946 A 1955: O TÉRMINO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O CRESCIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO.

A Segunda Guerra Mundial significou, para o Brasil, grande acúmulo de saldos de moeda estrangeira, resultando queda no volume de importações, imposta pelo conflito, gerando uma economia de divisas. Também nesse período ocorreu o fim da primeira era Vargas.

De acordo com Gremaud (1997), as reservas cambiais acumuladas pelo país durante a Segunda Guerra logo se esgotaram, em decorrência de intensa procura de importações, principalmente na área do dólar, e de alta internacional de preços de produtos importados. Cedendo às pressões internas, o governo estabeleceu, pouco antes do término do conflito, um regime cambial isento de restrições, exceto para a remessa de lucros e repatriamento de capitais. A consequência imediata dessa liberação foi o aumento maciço das importações, em 115%, no período entre 1946-47: não apenas de bens de capital e insumos básicos, mas também de produtos não prioritários e mesmo supérfluos, tais como automóveis e perfumes. As importações de gasolina dobraram e a receita de exportação não acompanhou o aumento das despesas com compras no exterior, causando diminuição no saldo da balança comercial. Isso evidencia-se pelo fato de que o saldo da balança comercial em 1946 foi de 371,7 milhões de dólares e, no ano seguinte, de apenas 11,3 milhões de dólares.

Neste período, o interesse do país pelo crescimento acelerado da economia tornou mais dinâmico o processo de substituição de importações, que se prolongou até os anos sessenta. A indústria passou a receber maiores incentivos cambiais, fiscais e creditícios. O setor agrícola permaneceu como o principal fator gerador de divisas para sustentação do processo de industrialização, tendo em vista a necessidade de aquisição, no exterior, de máquinas, equipamentos, insumos e tecnologia. Os centros urbanos ganharam maior densidade populacional, o que permitiu à indústria dispor de mão-de-obra abundante e relativamente barata para atender ao seu crescimento. O produto real evoluiu à taxa média anual de 6,4%

entre 1947-56, e o produto industrial, liderando o processo de desenvolvimento da economia, cresceu à taxa média anual de 8,8%.

De acordo com Furtado (1997), é importante salientar o papel do Plano Salte para a indústria brasileira, na época. O Plano Salte foi criado no governo Dutra (1946-51) e se constituiu de um conjunto de programas econômicos e sociais distribuídos em quatro grandes setores: saúde, alimentação, transporte e energia. Furtado vê sua importância no fato de que o plano serviu de base para a formação de duas indústrias estratégicas: auto-veículos e construção naval. Além disso, sua extensão serviu de ponto de germinação para a instalação de duas grandes empresas estatais: a Petrobrás, em 1953, e a Eletrobrás, em 1961.

Cabe ainda salientar que foi notável o aumento da produção siderúrgica nacional, entre 1948-53, além de essencial para a expansão das atividades industriais, na segunda metade dos anos 1950, no processo de substituição de importações. Embora o país fosse autossuficiente em ferro (desde 1950) e em aço e lingotes (desde 1953), dependia ainda, em 1955, de importações de laminados para atender a 35,7% do consumo interno.

Na segunda fase do governo Vargas (1950-54), foi aprovado o Plano Lafer, para ser executado pelo BNDE, em cinco anos, com recursos do Fundo de Reaparelhamento Econômico, aprovado pelo Congresso Nacional em 1952. O plano importava em um bilhão de dólares, envolvendo investimentos em indústrias de base e, principalmente, em setores mais estrangulados da economia, como energia e transporte. O insucesso do plano decorreu, fundamentalmente, do desajuste da balança comercial, a qual acusou um déficit de 286 milhões de dólares. O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos atingiu 709 milhões de dólares em 1952.

3.4 O GOVERNO JK E O PLANO DE METAS

O governo Kubitschek (1956-61) elaborou e executou o Plano Nacional de Desenvolvimento, que, por suas metas quantitativas, estabelecidas de acordo com

um planejamento setorial, ficou mais conhecido como Plano de Metas, a partir de 1958. A metodologia adotada na elaboração do Plano de Metas consistiu, fundamentalmente, no levantamento dos pontos de estrangulamento, que retinham o crescimento econômico, não permitindo uma expansão contínua e coordenada dos setores básicos da economia nacional. No setor industrial, esses pontos foram localizados nas indústrias de base, principalmente nas áreas de transporte, energia e alimentação. A concepção de ponto de estrangulamento deu origem a um oposto, o ponto de germinação, aquele cujos investimentos, pelo seu efeito multiplicador, impulsionam ainda mais a economia, estimulando novas atividades.

O plano de metas foi executado num período de pressões inflacionárias. Mesmo com esse quadro adverso, no entanto, o governo preferiu executar um plano expansionista, em vez de estabilizante, conforme proposto pelo FMI, pois a conscientização, por parte das empresas privadas e do comando do Estado, em relação aos problemas econômicos da nação, em termos de desenvolvimento industrial, era saliente. Tal fato se chocava com uma opção de políticas contracionistas.

Após a execução do plano, germinaram indústrias no Brasil que outrora não faziam parte do parque industrial brasileiro, como construção naval, máquinas e equipamentos, indústria automobilística e o setor de material elétrico. No período em análise neste item, a política desenvolvimentista de JK gerou um crescimento industrial de 11%, sendo que o crescimento médio anual do PIB foi de 6%.

Tavares (1986) salienta que a indústria de material de transporte foi a que apresentou resultados mais satisfatórios, para os anos considerados, apesar de que o maior esforço só tenha sido realizado a partir de 1957, com a implantação do parque automobilístico nacional, em 1958, e apesar da baixa acentuada do coeficiente importado. Já em 1961 tanto este quanto a participação nas importações reduziram-se violentamente.

A indústria de material elétrico apresenta, entre 1949 e 1958, uma queda de 70% no coeficiente de importação, a mais violenta sofrida por qualquer setor industrial no período. Essa substituição intensa corresponde à implantação das indústrias eletrodomésticas e de material e equipamento leve, da qual decorreu o aumento da participação do setor no valor global da produção industrial, bem como

a diminuição relativa das importações. Uma vez terminada praticamente a substituição nos ramos mais leves, a indústria como um todo perde grande parte do seu dinamismo, o que pode ser confirmado à luz dos dados de 1961. Neste ano, com efeito, inverte-se completamente o comportamento relativo anterior, tanto no que diz respeito a produção e importação quanto ao coeficiente importado que volta a subir, chegando a cerca de 17% da oferta total de material elétrico.

Ainda segundo Tavares, apesar de a produção de bens de capital e intermediários ter crescido significativamente no período em análise, não conseguiu completar a criação de um departamento I que possibilitasse a autonomia do processo de acumulação. Assim, a indústria brasileira ficava responsável pela produção de bens mais leves, e os bens de capital e bens pesados continuavam, fundamentalmente, supridos pelas importações.

É importante salientar, ainda, o plano de metas e suas consequências, à visão de Furtado (1997). Para ele, o agravamento da crise de inflação, em 1958, não poderia ter sido enfrentado com um plano de estabilização monetária, o qual foi executado pelo Ministro da Fazenda, da época, Lucas Lopes, que previa rigorosas medidas de natureza monetária, de modo a conter a alta dos preços internos; taxa de expansão dos meios de pagamentos atrelada à taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto; redução das emissões do tesouro, mediante eliminação do déficit público.

Embora tais medidas houvessem revelado-se adequadas para superar crises nas economias desenvolvidas, não se revelaram adequadas para países em fase de desenvolvimento, os quais não dispunham de instrumentos compensadores para suportar os efeitos recessivos causados por tais medidas. Além da alta taxa de crescimento populacional, não havia no país, na época,, o Salário-desemprego, fator que aumentava ainda mais seu índice de pobreza. O reajuste da economia, em termos recomendados, iria fatalmente importar na interrupção ou, pelo menos, na queda do ritmo em que o Plano de Metas estava sendo executado.

Apesar das distorções observadas na execução do Plano de Metas, com efeitos no aumento da taxa de inflação e no desajuste do balanço de pagamentos, ocorreu um processo intensivo de substituição de importações em 1957-61, tendo o produto real crescido à taxa média de 8,3% ao ano, taxa que jamais havia sido

alcançada, até então, na história da economia nacional. A industrialização superou todas as marcas anteriores e o setor industrial cresceu à média anual de 10,7%.

3.5 O PERÍODO DE 1963 A 1973: CRISE E MILAGRE ECONÔMICO

Apesar de o Brasil já contar com uma estrutura industrial organizada verticalmente, após o término do período referente ao Plano de Metas do presidente Juscelino Kubistchek, o país enfrentou sua primeira crise de baixo crescimento, proveniente do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações.

Entre os anos de 1962 e 1967 foi notável a contração do crescimento econômico, sendo uma medida clara de desaceleração, verificada a queda do nível de investimento que, em 1967, chegou a 11% em relação ao nível de investimento verificado em 1962 (Serra, 1982). O produto *per capita*, por sua vez, teve uma redução de 6,1% em 1964, quando comparado ao obtido em 1961. Já a produção rural decresceu 4,5% no mesmo período, assim como a produção industrial sofreu uma queda de 0,4%.

A crise do início dos anos 1960 é resultado dos seguintes fatores: a maturação dos volumosos investimentos feitos nos anos do Plano de Metas; as políticas econômicas de caráter recessivo que foram implementadas, inicialmente pelo governo de João Goulart e, posteriormente, pelo governo militar de Castelo Branco; e a crise política que assolou o Brasil após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, até o golpe militar de 1964.

Sobre o primeiro fator gerador da crise, houve uma intensa concentração dos investimentos em um rápido período no tempo. Tal concentração fez com que, na fase de maturação destes investimentos, a capacidade instalada ficasse subutilizada, uma vez que a oferta global da economia estava acima da demanda agregada existente. O setor produtor de bens de capital e insumos intermediários teve sua demanda reduzida, pois a expansão obtida pelo setor produtor de bens

duráveis, no período anterior, já havia atendido à demanda reprimida pelos estrangulamentos externos, que haviam motivado a substituição de importações, sendo que aconteceu o mesmo com o setor de bens não-duráveis.

O que ocorreu, nesses anos, foi a redução generalizada da taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo na economia, sendo intensa também a redução no nível de investimento das empresas privadas.

Sobre as políticas econômicas de caráter recessivo, durante o Plano de Metas aconteceram desequilíbrios no nível geral de preços, os quais aumentaram notoriamente, devido ao financiamento dos gastos públicos via emissão monetária, além de déficits do Balanço de Pagamentos. Tais desequilíbrios exigiram do governo a adoção de políticas que protegessem a estabilidade econômica.

Alinhado com políticas ortodoxas, o Plano Trienal buscou a estabilidade tentando diminuir a inflação, mas tomando cuidado para não afetar a produção e o investimento. Tal plano não foi bem sucedido, pois existia uma diferença muito grande entre as propostas pro estabilização e as políticas de reforma de base do Governo de João Goulart.

Em 1964, o controle da nação passa para as mãos dos militares, sendo que, no início do governo, fora implantado o Plano de Ação Econômica do Governo. Tal plano tinha como meta reduzir a inflação, o déficit fiscal, redução de crédito e utilizou autoritarismo para reduzir salários e controlar os sindicatos. Esse plano conseguiu reduzir a inflação de 90%, em 1964, para 39,5% em 1966, mas esse objetivo foi atingido com alta retração econômica até meados de 1967.

A política brasileira passou por um conturbado período após a renúncia de Jânio Quadros e, logo após, à atribulada posse de João Goulart. Para Bresser Pereira (1985), este período reduziu a confiança dos capitalistas em relação à execução de novos investimentos produtivos no Brasil, sendo que esses anos foram marcados por planos inacabados.

O país necessitava passar por reformas institucionais para resolver os desequilíbrios gerados pelo Plano de Metas. Os problemas de financiamento estavam entre os mais urgentes a serem solucionados, bem como a racionalização dos gastos públicos e a criação de novos esquemas de liquidez e financiamento para o sistema financeiro. Durante o primeiro governo militar, o Estado aumentou

sua arrecadação para permitir ao governo orientar e incrementar a concessão de incentivos fiscais e subsídios aos setores estratégicos da economia nacional.

O governo Costa e Silva (1967-69), a Junta Militar que o sucedeu (agosto a outubro de 1969) e o governo Médici (1969-74) caracterizaram um período de altas taxas de crescimento do produto real e maior ênfase na expansão do mercado externo.

O governo Costa e Silva estabeleceu o seu Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) para o período 1966-70. O plano previa, inicialmente, uma política de crescimento acelerado e autossustentado, por meio da substituição de produtos importados. Abrangia agricultura, indústria, energia, transportes, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento. A ideia de desenvolvimento autossustentado foi, todavia, abandonada com a adoção do modelo extrovertido, no qual o enfoque da política econômica se deslocou do mercado interno para o mercado externo. Para Furtado (2000), alguns dos motivos pelos quais o governo desistiu do desenvolvimento autossustentado foram: a poupança interna não ser suficiente para atender ao ritmo acelerado de crescimento desejado; a capacidade da indústria nacional de substituir importados ter se esgotado; o comércio mundial em franca expansão, a taxa de até 8% ao ano.

Segundo sua estratégia de crescimento sustentável, o governo deu maior ênfase à política comercial. Além de ampliar os incentivos existentes, criou outros, como o crédito-prêmio-IPI, que não apenas isentou o exportador do imposto como permitiu que o mesmo se creditasse do valor correspondente até determinada alíquota; várias linhas de crédito, a taxas subsidiadas, para a produção de bens destinados à exportação, junto ao Banco do Brasil e aos bancos comerciais; a isenção de tributos fiscais à matéria-prima e aos componentes incorporados aos produtos exportados.

O maior incentivo à exportação foi, todavia, adoção do sistema de minidesvalorização da moeda, a partir de agosto de 1968. A moeda brasileira, até então vinculada ao esquema de taxa fixa, estabelecida pelo Acordo de *Bretton Woods*, passou a sofrer pequenos reajustes, em intervalos variáveis de tempo.

As exportações reagiram favoravelmente, passando a crescer a altas taxas – 13,7% em 1968, 22,8% em 1969 e 18,5% em 1970. Apesar do modesto resultado

das exportações de produtos primários em 1970, quando foram superiores apenas 5% em relação às do ano anterior, as vendas ao exterior voltaram a crescer nos anos subsequentes. Em 1973 as exportações totalizaram 6.198 milhões de dólares, o que representou um crescimento de 275% em relação a 1967. Além do resultado quantitativo alcançado, houve uma maior diversificação dos produtos exportados, com a participação crescente dos produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados) que, de cerca de 10% em 1968 e 1969, passaram a constituir 29,7% da receita de exportação em 1973.

A partir de 1968 registrou-se acentuada recuperação da econômica brasileira, com o máximo aproveitamento da capacidade ociosa do setor industrial. O período de 1968-73 foi considerado, então, “o milagre econômico brasileiro”, pelo fato de ter ocorrido uma elevada taxa de crescimento do produto real com uma moderada elevação dos índices gerais de preço. O produto real cresceu cumulativamente 78,5% entre 1968 e 1973. O nível de preços manteve-se cadente no período, baixando de 25,4%, em 1968, para 15,1% em 1973.

3.6 O SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Para melhor compreensão deste período, será necessária uma contextualização da conjuntura mundial no momento em que foi implantado o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Os países do Oriente Médio, que se constituíam nos principais fornecedores de petróleo ao ocidente, sofreram um grande desajuste em sua balança comercial com a queda do valor real da moeda norte-americana. Primeiro porque tinham, praticamente, o seu único produto de exportação consumido intensamente no mercado sob a influência do dólar, e segundo porque apresentavam grande dependência de importações desse mesmo mercado, inclusive de produtos essenciais, como alimentos.

Nessas condições, não foi surpresa quando a OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, decidiu elevar, em 1971, o preço oficial do barril de

petróleo, praticamente estabilizado havia mais de dez anos, de 1,80 dólar para 2,40-2,50 dólares, preço que, segundo o estabelecido, deveria permanecer estável por cinco anos.

O petróleo participava, em 1973, de 42,9% da energia consumida no Brasil, e a produção interna atendia apenas a 23,5% da demanda aparente. Após a Segunda Guerra Mundial e, mais aceleradamente, no final dos anos cinquenta, com a implantação e expansão da indústria automobilística, a rodovia foi superando a ferrovia como principal sistema de transporte nacional. Outro sistema praticamente abandonado, apesar de oferecer reais vantagens econômicas, foi o hidroviário. O país, apesar de possuir cerca de 36 mil quilômetros de rios navegáveis, deslocava, em fins dos anos setenta, apenas 2.200 toneladas de carga por ano, através de suas hidrovias, a maior parte do Rio Grande do Sul, ou seja, menos de 2% da carga deslocada então pela República Federal da Alemanha, que possuía somente 4.300 quilômetros de hidrovias (Anuário Estatístico de Transporte, 1975).

No ano da crise, 1973, a participação percentual no transporte de carga no país, por modalidade de via, era rodoviário – 69,8% (quando, em 1948, era de 25%), ferroviário – 19,9%, marítimo – 10,7% e aéreo – 0,1%.

Com a crise do petróleo, os custos de produção associados à produção industrial aumentaram e os investimentos diretos cessaram em escala mundial. O capital na forma monetária manteve-se abundante, pois os recursos antes destinados à produção foram buscar valorização na esfera financeira, o que facilitava a obtenção, por parte das nações periféricas, de empréstimos internacionais.

Para Serra (1982), no período caracterizado como “milagre econômico” ocorria um desequilíbrio interno entre o crescimento da produção de bens de capital e insumos intermediários e o crescimento da produção de bens de consumo duráveis em favor desses últimos. Tal fato gerou a necessidade de se incrementar as importações dos primeiros produtos, de modo que, durante o auge do período de crescimento referente ao milagre econômico, enquanto a produção de bens de consumo duráveis quase dobrou (97%), a produção de bens de capital e insumos intermediários aumentos menos da metade (45%).

De acordo com Furtado (2000), o efeito direto do aumento do preço dos combustíveis acelerou a taxa de inflação, que, depois de manter-se pouco acima de 15% em 1972 e em 1973, chegou a 34,5% em 1974. O efeito indireto do aumento do preço dos derivados do petróleo, em percentuais inclusive acima do aumento do preço (em moeda nacional) do petróleo bruto no mercado mundial, foi mais profundo e prolongado devido a fatores de ordem psicológica, aumentando o grau de incerteza e, com isso, provocando o deslocamento de investimentos para o mercado financeiro, onde os títulos públicos federais tornaram-se atraentes, não somente pela segurança e liquidez, mas agora, também, pela maior rentabilidade.

Os desequilíbrios formados por essa situação levaram o governo ao seguinte dilema: ele poderia implementar uma política de financiamento e continuidade do crescimento ou uma política de ajuste, tanto nas contas externas como na inflação que estava crescente. A política de ajuste significaria uma adaptação da economia ao quadro de desequilíbrio, e tal processo exigiria mais controle dos gastos governamentais, dos investimentos privados e da disposição do crédito. A política de crescimento continuado teria como condição necessária a existência de recursos no mercado internacional, para que fosse possível financiar o volume de investimentos pretendido. A ordem internacional propiciava as condições necessárias para a manutenção do crescimento, pois os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo depositavam seus superávits em dólares nos bancos europeus e norte-americanos, gerando uma grande massa de capital que procurava valorização financeira.

O governo Geisel (1974-79) elaborou e pôs em execução o II PND para vigorar de 1975 a 1979. O plano era coerente com a estratégia do crescimento estabelecida nos anteriores, ou seja, crescimento com endividamento, o que deu certa continuidade de ação. Embora condicionasse o crescimento econômico acelerado da economia nacional à conjuntura internacional, para Furtado (1997), o fato de estabelecer como base “o Brasil como potência emergente” previa, em si mesmo, um crescimento acelerado. Em apoio ao II PND, o governo manteve a política de endividamento para promover o desenvolvimento econômico, o que foi considerado uma decisão audaciosa para muitos, uma vez que a economia mundial sofria uma forte crise provocada pelo aumento do preço do petróleo, principalmente os países industrializados. Como esses países eram grandes consumidores de

produtos primários dos países em desenvolvimento, a retração de sua economia refletiu-se diretamente nas exportações dos países fornecedores de matéria-prima, no preço dos importados e, principalmente, na aquisição de bens de capital, de que os países em desenvolvimento careciam para atender seu crescimento industrial.

A opção pela continuação do modelo de substituição de importações foi vista, por muitos autores, como Carneiro (2002) e Longoni (1985), como uma solução errônea, pois não previu a magnitude e o aprofundamento da crise. Já para Castro (1985), tal opção foi importante, pois, a partir dela, foi possível gerar os saldos comerciais dos anos 1980. Os setores que obtiveram investimentos maciços no II PND, como os produtos químicos, papel e metais não ferrosos, tiveram seus coeficientes de importações altamente diminuídos e passaram a ser exportados nos anos 1980.

Para Castro (1985), o II PND atacou pela raiz o problema da vulnerabilidade do país aos choques vindos do exterior, com investimento em setores industriais produtores de bens intermediários e de capital. Era uma opção que pretendia combater a crise e eliminar o hiato entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Ainda de acordo com Castro, o II PND representou a reorientação do processo de crescimento, sendo que as indústrias básicas, de eletrônica pesada e de bens de capital obtiveram expansão priorizada. O objetivo era superar a atrofia desses setores, completando o parque industrial e desvinculando a economia dos choques externos. Tal plano teria que sustentar a conjuntura, impedindo uma descontinuidade de consequências imprevisíveis, e assegurar o espaço necessário à absorção do suporte anterior de investimento.

Para Furtado (2000), o II PND alcançou a maior parte de seus objetivos, tendo, o processo de substituição, possibilitado um melhor desempenho do comércio exterior, notadamente, no início dos anos 1980, gerando superávits na balança comercial. O produto real cresceu à taxa média de 6,9% ao ano, no período 1973-78, e a renda *per capita* elevou-se de 1.308 dólares, em 1973, para 1.580 dólares em 1978.

O crescimento da economia brasileira, no período que se seguiu ao primeiro grande aumento de preço do petróleo bruto e derivados, no mercado mundial, chegou a se constituir em quase uma exceção, tendo em vista que a maioria dos

países, inclusive os mais capitalizados, atravessava um período de reajuste,. Os efeitos da crise internacional foram, todavia, bem mais profundos e duradouros do que poderiam ter sido estimados por ocasião da elaboração do II PND. O governo, assim, embora houvesse admitido, no próprio Plano, custou a reajustar a política econômica brasileira à nova realidade internacional, fator que agravou os problemas com o serviço da dívida externa.

No plano interno, o governo cobriu o déficit público com maior emissão de títulos públicos e de papel-moeda, cujo volume em circulação aumentou 493% entre o final de 1973 e o final de 1978. O país passou, então, a conviver com altas taxas de inflação. A maior rentabilidade dos títulos públicos federais pressionou para cima as taxas de juros internos, elevando os custos financeiros da produção e dos serviços, com efeitos depressivos sobre a economia, principalmente a partir de 1979.

4 COMPARAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA ARGENTINA E DO BRASIL

Esta parte do trabalho está destinada à comparação dos processos de formação e desenvolvimento industriais pelos quais passaram a Argentina e o Brasil. A comparação é feita considerando-se as principais peculiaridades de cada país nas respectivas fases de seus processos de industrialização. Portanto, este capítulo é dividido, para facilitar a análise e a compreensão, da seguinte forma: primeiramente é analisado o período agroexportador de ambas as nações; em segundo lugar, o período de substituição de importações não induzido; em terceiro, o período de substituição de importações, orientado pelo Estado e, finalmente, o fim do modelo de substituição de importações ao final da década de 1970.

4.1 DA FASE AGROEXPORTADORA ATÉ A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Tanto a Argentina quanto o Brasil, por volta de 1913, eram países agroexportadores, seguindo a divisão internacional do trabalho, orientada pela Grã-Bretanha. Neste período, a produção de café no Brasil representava mais de 62% das exportações. A Argentina, nessa mesma época, possuía uma pauta de exportações mais diversificada que a brasileira, que era composta por lã, couro, cereais, linhaça, centeio, trigo e diversos produtos pecuários. Segundo Azpiazu e Nochteff (1994), é importante salientar que os produtos pecuários também movimentavam uma indústria de beneficiamento desses produtos, sendo que o capital estrangeiro estava diretamente envolvido com esse setor. A Argentina contava, ainda, com modernos navios frigoríficos, à época, fato que garantia qualidade superior em suas exportações, se comparadas a outros países da América Latina.

Segundo Lewis (2002), em 1913 as exportações argentinas representavam 30% da renda total obtida nessa atividade na América Latina. Em algumas economias dessa região, o ritmo da mudança industrial diminuiu um pouco nas décadas de 1910 e 1920. De acordo com Lewis (2002), no Brasil, a Primeira Guerra Mundial acelerou a transformação para a industrialização, estimulou a alocação de recursos, a formulação de políticas e a consolidação institucional em favor da indústria. Ainda segundo o autor, a experiência Argentina entre a década de 1890 e a de 1920 é um exemplo de expansão industrial sustentada, embora cíclica e específica de alguns sub-setores. No entanto, essa cronologia tem sido contestada, particularmente com relação ao período de 1914-1933, que tem sido apresentado como uma época de oportunidades perdidas, uma época em que o potencial de industrialização não foi concretizado³. Conforme Diaz-Alejandro (1970), as proporções entre a produção agrícola e pecuária e a da indústria modificaram-se de 2,1:1 em 1900 para 1,3:1 em 1929, confirmando que, enquanto a taxa de produção agrícola cresceu muito mais rápido, de 9 para 46 (1950 = 100). Essas tendências indicam maior reestruturação da economia, apesar do pequeno tamanho da base a partir da qual a indústria se expandiu ou a despeito da contínua tendência do setor industrial a caminhar para o processamento de alimentos. No entanto, não se deve exagerar essa tendência, porque, embora o fator de aumento da produção de alimentos e de bebidas tenha sido de 3,5 e o da produção de roupas, de 3,6, o fator de crescimento da produção de produtos químicos chegou a 6,1 e o dos metais, das máquinas e dos veículos foi de 25,6.

De acordo com Bulmer-Tomas (2003), entre 1850 e 1912 o crescimento anual das exportações argentinas foi de 6,1%, enquanto para o Brasil foi de 3,7%. O valor das exportações pré-Segunda Guerra Mundial era de 315,7 milhões de dólares para o Brasil e 510,3 milhões de dólares para a Argentina. Uma diferença importante no período é o destino das exportações: o principal mercado para o Brasil era o dos Estados Unidos, o qual representava 32,2% das exportações. O principal mercado da Argentina era a Inglaterra, que somava 24,9% do total das exportações.

Ainda de acordo com Bulmer-Tomas (2003), nos dois países analisados neste trabalho, o desenvolvimento do setor agropecuário teve influência no desenvolvimento industrial, contribuindo com capital.

³ G. Di TELLA e ZYMELMAN, *Las etapas del desarrollo económico argentino*, Buenos Aires, 1967.

Para Lewis (2002), no período de 1912 a 1921 observou-se um aumento no tamanho das empresas no Brasil. Para o autor há uma discordância quanto à afirmação de que, nessa época, a indústria estava em vias de tornar-se o setor de vanguarda da economia. Mas uma questão de que não há dúvidas é a expansão errática, mas não obstante dramática, da produção industrial entre 1914 e 1929. Talvez o aspecto mais significativo dos últimos anos desse período tenham sido dois desdobramentos inter-relacionados nos setores de equipamento de transporte, de produtos químicos e de material elétrico. Influenciados pela maior disponibilidade de energia elétrica e pela expansão da demanda interna, o primeiro fator foi o aumento acelerado da capacidade de produção, e o segundo, a invasão desses sub-setores pelo capital de firmas transnacionais.

Um dos desafios enfrentados pela indústria antes de 1930 foi a dificuldade de mobilizar recursos nacionais para a acumulação de capital, levando ambos os países a procurar capital estrangeiro, visto que os capitais nacionais eram, via de regra, investidos em atividades ligadas ao setor primário.

Conforme Bulmer-Tomas (2003), as principais mercadorias produzidas no Brasil antes da Primeira Guerra Mundial eram relacionadas ao processamento de bebidas e alimentos, com 40,7% do total. A indústria têxtil representava 25,2% do total da produção industrial no período. No caso argentino, a indústria de bebidas e alimentos expressava 53,3% da produção industrial no mesmo período.

Aqui cabe salientar as ponderações de Lewis (2002), que diz que, para os relatos complacentes que afirmam um avanço inexorável da Argentina e do Brasil para uma sociedade industrial deve-se contrapor interpretações mais cautelosas que ressaltam que, na década de 1920, foram alcançados os limites da expansão industrial fragmentada (embora diversa) induzida pelo crescimento, com base na exportação. É possível que as economias latinoamericanas já houvessem esgotado sua capacidade de aumentar o fluxo das exportações por meio do uso extensivo dos recursos naturais. A instabilidade pós-1914 no mercado financeiro e no de commodities do Atlântico Norte indicava os limitados benefícios que poderiam advir da permanente integração numa economia mundial fundada na divisão internacional do trabalho. Nas economias maiores, estava chegando ao fim a fase tranquila de uma expansão industrial radicada no processamento de produtos rurais, no refino de

minérios e na fabricação de bens de consumo básicos. O aprofundamento da base industrial e certamente o crescimento contínuo da produção industrial exigiam uma reestruturação fundamental da ordem social, o que permitia a formulação de políticas congruentes com as necessidades do setor industrial.

No período imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, a Argentina passou por mudanças em alguns setores industriais, devido às dificuldades de importações. O setor têxtil foi um que apresentou crescimento nesse período, já a indústria de metais não conseguiu responder às restrições das importações e reduziu seu nível de produção. O Brasil, no mesmo período, não teve diminuição na demanda interna na mesma proporção da deterioração dos termos do comércio internacional, e as políticas monetárias e fiscais adotadas pelo governo à época serviram de sustentação para as empresas aumentarem sua produção.

De acordo com Lewis (2002), um fator relevante, mas não determinante, da industrialização da Argentina e do Brasil, antes de 1930, foi o surgimento dos imigrantes de reputação empresarial. Nos períodos de imigração, capitalistas com pouco dinheiro deram início a uma série de empreendimentos, embora muitos pudessem ter diferido pouco, em seu caráter, das oficinas artesanais. Ocasionalmente, empresários individuais poderiam fundar clãs – como os Matarazzo, de São Paulo, ou os Di Tella, de Buenos Aires – e impérios industriais. Esses e alguns de seus imitadores menores obtiveram sucesso financeiro, assim como aceitação social. No caso do Brasil, Warren Dean asseverou que o capital nacional concentrado originalmente no setor de exportação foi fundamental para a expansão da indústria⁴. Os fazendeiros, de maneira independente ou em associação com estrangeiros, estavam envolvidos num conjunto de atividades industriais e de outro tipo, nem sempre subordinadas ao café. Do mesmo modo que o café elevou a renda, causando aumento da demanda para os fabricantes, os lucros do café sustentaram empresas industriais fundadas por membros da elite cafeeira. Para Lewis (2002), essa hipótese tem consistência, e o centro do debate desloca-se para além da discussão direta da industrialização.

A monetarização da economia foi fundamental para o desenvolvimento de um mercado, mas a natureza das reivindicações agregadas e as mudanças na sua

⁴ W. DEAN, *The industrialization of São Paulo, 1880 –1945*, Austin, 1969.

composição tiveram grande relevância no consumo dos produtos manufaturados. A elevação dos salários reais permitiu esse crescimento nas rendas discricionárias, sobre as quais se apoiou uma demanda mais diversificada de produtos manufaturados, que compreendiam não só os produtos básicos mas também os bens de consumo duráveis. Ao perceberem que os ganhos do café gerados pelo comércio exterior, além de determinar o nível geral de atividade na economia, exigiam a importação de equipamento industrial e de matérias-primas, os industriais reconheceram que tinham interesses comuns aos do setor cafeeiro. Ao diversificarem seus interesses e alocarem o capital de modo a maximizar os lucros, os fazendeiros paulistas mostraram-se capitalistas racionais e revelaram preferência pelos padrões de investimento de empresas e instituições. A instabilidade do setor cafeeiro ocasionou um tratamento pragmático da propriedade da terra e favoreceu o abandono do café em troca de produtos básicos e industrializados nacionais.

A produção industrial brasileira, ao final da década de 1920, estava crescendo em ritmo acelerado; porém, a Argentina, continuava na posição de país mais rico da América Latina. No mesmo período, os bens industriais representavam, para a Argentina, 20% do produto interno bruto, enquanto que, para o Brasil, representava apenas 12,5% do produto. A produção industrial *per capita* da Argentina, no período, era de 112 dólares (preços de 1970), enquanto, no Brasil, era de 20 dólares.

4.2 DO PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NÃO INDUZIDA ATÉ A INDUSTRIALIZAÇÃO ORIENTADA PELO ESTADO

Até 1929, de maneira geral, a Argentina e o Brasil ainda eram vulneráveis às oscilações do setor externo, devido ao modelo de desenvolvimento primário-exportador. Após a crise de 1929, devido ao choque exógeno causado por tal fenômeno, ambos os países passaram por um processo de industrialização que tinha como foco a demanda interna.

De acordo com Fausto (2004), as substituições de importações já estavam ocorrendo tanto no Brasil como na Argentina, em certo grau. Ao final da década de

1920, a Argentina contava com um parque industrial mais avançado que o Brasil e seu PIB era quatro vezes superior. Durante o período imediatamente posterior à crise, a Argentina adotou medidas de controle de câmbio que acabaram por favorecer a intensificação do processo de substituição de importações. O Brasil, durante a década de 1930, viu sua produção industrial elevar para 12,5% para 14,5% do PIB, enquanto, na Argentina, o aumento foi de 20% para 22,7% do PIB.

Apesar da participação industrial no PIB durante a década de 1930 ainda ter sido pequena, houve diversificação na composição industrial de ambos os países. As indústrias têxteis e alimentícias continuavam sendo as principais, tanto na Argentina quanto no Brasil; entretanto, nesse período, houve florescimento de indústrias químicas e metálicas. É possível associar o surgimento dessas indústrias aos níveis de urbanização obtidos nesse período, pois isso elevou a demanda por produtos de infraestrutura, energia elétrica e serviços públicos, que estavam direta e indiretamente relacionados aos setores mencionados anteriormente.

Segundo Rapoport (2006), entre 1933 e 1935 e entre 1936 e 1937 é possível observar dois importantes saltos que denotam renovado dinamismo à indústria Argentina. Os investimentos da indústria mostram que uma proporção crescente estava destinada à obtenção de bens de capital e também se verificam investimentos em construções e instalações fabris. Os grandes estabelecimentos concentravam uma porção majoritária de investimentos e de produção, visto que, em 1939, 738 estabelecimentos, equivalentes a 1,4% do total de empresas industriais, geravam 57,2% do total de valor da produção. Também houve expansão de pequenas e médias empresas, de grande incidência no número de estabelecimentos industriais.

O período da Segunda Guerra Mundial foi marcado pela diminuição das importações, ocasionada pelo conflito, e tal conjuntura teve duas ramificações importantes, tanto ao Brasil quanto à Argentina: ocorreu um estrangulamento externo, visto que ambos países não conseguiam importar bens de capital, mas, por outro lado, essa problemática serviu de estímulo para o processo de substituição de importações.

No caso Argentino, Rapoport (2005) salienta que a industrialização no período bélico foi realizada mediante a utilização, ao máximo, de equipamentos já obsoletos,

o que ocasionava baixos níveis de produtividade e forte descapitalização, pelo custo de renovação dos maquinários.

No caso Brasileiro, segundo Abreu (1990), o período correspondente à Segunda Guerra Mundial apresenta melhoria no valor das exportações, mas, por outro lado, queda nas importações. O esforço da guerra não permitira aos produtores externos comercializar a produção. Essa restrição à importação faz aumentar a produção de alguns bens, internamente, No entanto, essa produção era limitada pela dificuldade de obtenção de insumos e bens de capital, necessários à ampliação da capacidade. Apesar dessa limitação, o crescimento do produto industrial foi mais vigoroso nesse período. O produto industrial, que caíra para 6,5% ao ano, de 1937 a 1939, e para 1,6% ao ano, de 1939 a 1942, aumentou 9,9% ao ano, de 1942 a 1945.

Terminada a guerra, a Argentina e o Brasil possuíam considerável reserva de moeda estrangeira, a qual foi utilizada para dar continuidade e aprofundamento ao processo de substituição de importações. Na Argentina, o Estado passou a tomar uma postura industrializante e nacionalista, protegendo a indústria nacional com restrições tarifárias às importações, além de conceder créditos com juros baixos para a indústria.

De acordo com Bresser Pereira (1985), do final da Segunda Guerra até 1955, o setor industrial brasileiro continuou se desenvolvendo num ritmo acelerado, acabando por se tornar o setor mais dinâmico da economia, em detrimento do setor primário-exportador. A política cambial adorada pelo governo priorizou a importação de bens de capital e matéria-prima para a indústria. O crescimento industrial anual do período entre 1946 e 1955 foi de 8,5%.

A década de 1950 foi marcada por uma mudança na orientação de desenvolvimento industrial para ambas as nações. Argentina e Brasil buscaram produzir internamente bens de capital e bens de consumo duráveis, sendo elaborados planos desenvolvimentistas que visavam a uma industrialização rápida e integrada. O Estado teve papel fundamental nesses projetos, como o planejador maior, e o capital estrangeiro teve participação fundamental por meio de investimentos diretos.

Na Argentina, o projeto desenvolvimentista possuía os mesmos moldes do Plano de Metas brasileiro. Aumentou a oferta interna de bens industriais, como bens de consumo duráveis, insumos intermediários e indústria de base. Foi desenvolvido durante os anos de 1958 e 1962 e teve uma política fiscal e monetária restritiva, sendo que a taxa média anual de crescimento industrial durante esse período foi de 3,8%.

O projeto de desenvolvimento do Brasil, o Plano de Metas, foi implantado um dia após a posse do então presidente Juscelino Kubistschek e teve vigência de 1956 a 1961. Contemplou os mesmos setores que o plano argentino; porém, as políticas monetárias e fiscais foram expansionistas, o que causou aumento inflacionário. De acordo com Baer (1979), a taxa média anual de inflação entre 1955 e 1960 foi de 28%, fato que caracteriza o período do Plano de Metas como um período de expansão do processo inflacionário.

Um dos maiores êxitos do plano argentino foi o de ter alcançado autonomia nas importações de petróleo e o de ter mantido estabilidade de preços durante o período, diferentemente do Brasil. De acordo com Rapoport (2005), em 1960 a inflação estava na casa de 27,1% e, em 1961, caiu para 13,7%. No caso brasileiro, o país tornou-se completamente autossuficiente em cimento, elevando sua produção de 914 mil toneladas, em 1947, para 4680 toneladas em 1961; a produção de veículos automotores aumentou de 31.000, em 1957 (e tratava-se, então, predominantemente de montagem), para 200.000, em 1962 (com mais de 90% dos componentes fabricados no Brasil).

A Argentina obteve um dos maiores períodos de crescimento econômico desde o modelo agroexportador entre meados da década de 1960 até meados da década de 1970. Já o Brasil obteve crescimento econômico vultuoso até meados da década de 1970, graças ao processo de estabilização orquestrado logo após o fim do Plano de Metas.

O grande crescimento econômico da Argentina durante a década de 1960 foi possível graças à capacidade ociosa gerada pelo plano desenvolvimentista do governo de Frondizi. Entre 1964 e 1971, o setor industrial argentino cresceu a taxas médias de 7%, segundo Rapoport (2005), devido a uma conjuntura favorável: a Argentina possuía divisas estrangeiras para realizar importações, a capacidade

instalada existente passou a ser mais bem aproveitada e a situação econômica mundial favorecia as exportações argentinas. Todos esses fatores eram somados ao alívio do estrangulamento externo. O autor salienta, ainda, que se destacaram, no período, as exportações não tradicionais, como automóveis, produtos químicos e maquinários para a indústria alimentícia.

No Brasil, as reformas institucionais realizadas durante a década de 1960 foram orientadas pela necessidade de um programa de estabilização capaz de servir como suporte para um crescimento futuro. A partir de 1967 inicia-se uma nova fase de prosperidade e intensificação da produção industrial brasileira. Esse período ficou conhecido como “Milagre Econômico” devido às altas taxas de crescimento.

De acordo com Fonseca (2003), os incentivos ao crescimento da demanda de 1967 e a política de abertura ao capital estrangeiro, principalmente no setor automobilístico, durante o Governo de Juscelino Kubitschek, fez aumentar a produção de bens de consumo duráveis. Estes lideraram o crescimento industrial. O crescimento apresentado pelo setor impulsionou os setores de bens de consumo popular, os intermediários e os de capital.

4.3 OS CHOQUES DO PETRÓLEO E A CRISE DA DÍVIDA

No início da década de 1970, tanto Argentina quanto Brasil já possuíam parques industriais diversificados e viam as possibilidades de industrialização a partir de substituição de importações esgotadas. O Brasil havia adotado um padrão de crescimento por endividamento externo, fato que levou ao fim o modelo de industrialização por substituição de importações, quando os Estados Unidos elevaram sua taxa de juros e com a crise do petróleo do final da década de 1970.

O modelo Argentino de industrialização por substituição de importações viu-se esgotado após a abertura comercial elaborada pelo governo militar, em 1976. Para Rapoport (2005), as modificações realizadas pelo governo militar levavam claramente a um tipo de economia muito diferente daquela que prevalecia durante o

período de substituição de importações. Iniciava-se um novo modelo econômico baseado na acumulação financeira, na abertura comercial irrestrita e no endividamento externo. A crítica situação da economia mundial, no início dos anos 1970, com a crise do dólar, inicialmente e do petróleo, posteriormente, criou ampla disponibilidade de capitais (Eurodólares e Petrodólares) dispostos a migrarem para países em desenvolvimento, a fim de obterem melhor rentabilidade. Tal fato serviu de base para a implantação das políticas econômicas do governo militar na Argentina, pois era esse capital que financiava tais propósitos.

Em 1973, Perón foi eleito pela terceira vez e adotou medidas que buscavam equilíbrio entre trabalhadores e industriários. Perón alegava que, em 1955, o trabalhador recebia 47,6% do produto líquido e as empresas recebiam o restante. Entretanto, em 1973 verificou-se que os trabalhadores recebiam 33% do produto bruto enquanto os capitalistas recebiam 67%. O governo de Perón queria atingir um equilíbrio de 50% para cada um dos pares⁵. Para isso, salários e preços foram congelados, mas esse conjunto de medidas não foi bem recebido por ambas as partes.

O primeiro choque do petróleo, em 1973, ocasionou pressões inflacionárias na Argentina, pois o empresariado queria repassar o aumento dos custos diretamente aos preços dos produtos, fato que levaria à diminuição do salário real da população, o que foi de encontro com o pacto efetuado por Perón com a classe sindical. Desse modo, para evitar tensões, o governo acabou por subsidiar os insumos encarecidos, fato que o levou ao seu limite, pois acabou gerando redução nas reservas estrangeiras de grande magnitude.

Juan Perón morre em julho de 1974 e, em seu lugar, assume sua esposa, Maria Estela Martinez, mais conhecida como Isabel Perón. O governo de Isabel Perón teve duração curta – apenas 20 meses – e foi marcado por uma tentativa de redução do déficit fiscal e atração de capital estrangeiro para regularizar a situação das contas externas. As ações tomadas pelo governo de Isabel Perón fracassaram e o país passou por um período de hiperinflação. Diante de tal conjuntura, articulou-se um novo golpe militar em março de 1976, quando o General Jorge Rafael Videla assume o poder do país.

⁵ Discurso de Perón, citano na obra de Gerchunoff e Llach, 2003, p. 373.

Para Rapoport (2005), iniciou-se, com o governo de Videla, a abertura comercial da Argentina e um realinhamento do Estado com as elites agrárias. O governo queria restabelecer a “Argentina aberta”, baseada na exportação de produtos primários. Novas regras para o capital estrangeiro foram formuladas, sendo que estes passaram a ter os mesmos direitos do que o capital nacional na Argentina. O mercado nacional foi aberto às importações, sendo implantado um programa de redução gradual de tarifas às importações, visando a evitar uma reestruturação abrupta dos setores industriais que concorriam com os produtos importados.

De acordo com Fausto (2004), a abertura comercial executada pelos militares, por meio de um choque de redução tarifária, não poderia produzir o rearranjo institucional e microeconômico necessário para gerar uma alocação eficiente de recursos e um crescimento sustentado a longo prazo. A ineficiência dos produtores (com exceção dos rurais, beneficiados por enormes vantagens comparativas) e de toda a sociedade, os elevados custos da mudança de modelo, a existência de uma combativa e cara força de trabalho etc., surgiam como obstáculos imensos, os quais seriam difíceis de ultrapassar. Ineficaz como forma de superar os obstáculos apontados e reestruturar a economia e a sociedade, o choque tarifário acarretou, de imediato, aumento significativo das necessidades de financiamento externo da economia Argentina. Contribuiu, também, a apreciação cambial, que desestimulava as exportações e estimulava ainda mais as importações. A combinação de choque tarifário e apreciação cambial (assim como as taxas de juros elevadas para atrair capital de curto prazo, destinado ao financiamento do déficit externo) resultou no agravamento dos problemas estruturais do balanço de pagamentos, tornando inevitável uma ruptura traumática com a política econômica anteriormente praticada.

Ao expor o complexo industrial argentino à concorrência internacional, o modelo de substituição de importações na Argentina viu-se esgotado e sem possibilidades de retomada no curto prazo, sendo que, de certa forma, iniciou-se uma desindustrialização da Argentina

O Brasil, no início dos anos 1970, iniciou um novo bloco de investimentos no âmbito de substituição de importações. Os investimentos de 1974, definidos no II PND, foram feitos logo após a primeira crise do petróleo e elevaram substancialmente o preço do insumo. A opção pela continuação do modelo de

substituição de importações foi vista, por muitos autores, entre eles Carneiro (2002) e Langoni (1985), como uma solução equivocada, por não prever a gravidade e o aprofundamento da crise. Já Castro (1985), no sentido contrário, defende a importância da decisão na complementação do parque industrial brasileiro e a importância dos investimentos realizados para gerar os saldos comerciais na década de 1980. O autor destaca a importância dos investimentos realizados no II PND para a obtenção dos resultados positivos na balança comercial a partir de 1983. Setores que contaram com pesados investimentos durante o II PND, como metais não-ferrosos, produtos químicos, papel e celulose, fertilizantes e os produtos siderúrgicos, além de sofrer redução drástica das importações, começaram a ser exportados. As importações totais desse conjunto de bens caíram 60% entre 1980 e 1983.

A execução do II Programa Nacional de Desenvolvimento representou uma reorientação do processo de crescimento. As indústrias básicas, de bens de capital, eletrônica pesada e de insumos básicos passaram a ter a expansão priorizada. De acordo com Carneiro (2002), o saldo obtido foi positivo, sendo que o programa de insumos básicos, dirigido para reduzir as importações, que atingiram a cifra de US\$ 3,5 bilhões em 1974, logrou reduzir as despesas com tais itens a cerca de US\$ 1,2 bilhões correntes em 1979.

Apesar de todos os aspectos positivos resultantes do II PND, não é possível ignorar o fato de que o modelo de crescimento adotado foi realizado por meio de endividamento externo, o qual chegou a um montante bruto de US\$ 32 bilhões em 1976. Além da grande dívida contraída, o Brasil negociou seus contratos de empréstimos com o exterior a taxas flutuantes, fator que gerou crescimento na dívida, quando os Estados Unidos adotaram uma política monetária contracionista, elevando os juros.

Verificada tal conjuntura, o Brasil encontrava-se altamente endividado no início dos anos 1980. De acordo com Carneiro (2002), os juros do pagamento da dívida têm sua participação aumentada nos déficits em transações correntes, passando de 51,5%, em 1979, para 82,7% em 1982. O governo viu-se obrigado a adotar políticas de ajuste nas contas externas e nos preços internos, orientando toda a produção nacional para o pagamento da dívida externa. O fim nos anos 1970 e o

início dos anos 1980 representaram o fim do modelo do processo de desenvolvimento industrial iniciado na década de 1930, mas, como saldo positivo, tornou o Brasil a nação mais industrializada da América do Sul.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho analisou-se o processo de formação industrial da Argentina e do Brasil, iniciada a análise no modelo de desenvolvimento primário-exportador, a partir do qual foram analisadas as primeiras manufaturas paralelas à economia exportadora. Após essa etapa, ambas as economias passaram para uma nova fase, quando a formação industrial foi impulsionada inicialmente por um movimento de substituição de importações não induzidas e, logo após, o Estado passou a atuar de forma direta no processo de industrialização, por meio de políticas de fomento para o setor. Ao final do trabalho, foi elaborada uma comparação de como o modelo de substituição de importações terminou em ambos países, no início da década de 1980.

Os anos 1980 iniciaram com recessão tanto para a Argentina quanto para o Brasil, caracterizada pela crise fiscal dos Estados e pelo influxo da ideologia liberal na América Latina, em graus variáveis de país a país, conduzindo uma mudança do plano econômico. É importante enfatizar o alcance da adoção de novos princípios, que simbolizam um corte entre duas épocas. A busca de estabilidade econômica, de responsabilidade fiscal e o redimensionamento das funções do Estado veio se sobrepôr às práticas do protecionismo estatal a empresas favorecidas, que ficavam dispensadas de melhorar sua produtividade sob pressão da concorrência, assim como à crença nas virtudes do crescimento a qualquer preço, mesmo à custa de uma escalada inflacionária.

A mudança de modelo ocorreu com vários anos de diferença em cada um dos países. Na Argentina, a partir da ditadura de Viola (1976), quando Martinez de Hoz estava no Ministério da Economia. No Brasil, ressalvadas algumas tímidas medidas de redução tarifária após 1988, a mudança só ganhou impulso com a gestão Collor (1990). Brasil e Argentina estavam na condição de nações industrializadas ao início da década de 1980; porém, as políticas econômicas orquestradas pelos dois países, nos períodos anteriores, em prol do desenvolvimento industrial, causaram grande inflação e endividamento externo. Tais problemas foram comuns para os dois países durante o processo de formação industrial. A inflação subiu devido ao

financiamento dos gastos públicos a partir da emissão de moeda e as deficiências no setor de infraestrutura criaram gargalos produtivos e pressões nos preços. Outras características compartilhadas pelos países foram a regionalização da industrialização e a exclusão de uma parcela da população no processo de desenvolvimento industrial. No Brasil, esse processo ficou concentrado na região sudeste, enquanto, na Argentina, ficou concentrado na região de Buenos Aires e arredores.

Uma característica chave compartilhada por ambos os países foi a dependência do setor externo durante o desenvolvimento industrial, além da interação ocasionada entre setor externo, setor primário-exportador da economia e desenvolvimento industrial. O desenvolvimento industrial por substituição de importações gerava a necessidade da importação de bens de capital e insumos básicos, que eram adquiridos com as divisas provenientes das exportações de produtos primários. Quando tal dinâmica não pôde mais ser sustentada, o desenvolvimento industrial passou a contar com financiamentos externos para sua continuidade. Por causa disso, foram gerados déficits na balança comercial tanto da Argentina quanto do Brasil, fator que aumentou a dependência do desempenho do setor exportador ou da disponibilidade de crédito internacional para a manutenção do modelo.

A década de 1970 foi marcada por desajustes nas contas externas para ambos países, sendo que o modelo de desenvolvimento industrial passou a ser financiado majoritariamente por financiamentos externos e não mais por investimentos diretos. Ao final dessa década, verifica-se alto endividamento do Brasil e da Argentina, sendo que esta inicia, em meados da década de 1970, uma abertura comercial que acaba estancando o processo de industrialização argentino, causando até mesmo um fenômeno de “desindustrialização”, visto que a indústria nacional não conseguia competir com os produtos estrangeiros, que eram mais baratos.

A inflação e a dívida externa foram as principais preocupações para a formulação de políticas econômicas em ambos os países durante o período em que se desenvolveu o modelo de substituição de importações. Tais políticas procuraram estimular as exportações com o objetivo de efetuar o pagamento dos juros da dívida

e reduzir os gastos públicos como medida para combater a inflação. Mesmo com essas medidas, os problemas continuaram se agravando e os dois países passaram por hiperinflações na década de 1980.

Devido à tendência internacional de abertura comercial, os dois países adotaram posturas mais liberais frente ao comércio. Apesar dos efeitos negativos produzidos por tal postura no parque industrial brasileiro, alguns setores, como o têxtil, ganharam competitividade internacional. Já a Argentina realizou um novo processo de abertura comercial ao início da década de 1990, o qual acabou por continuar o processo de “desindustrialização” iniciado com a abertura comercial de 1976.

Apesar de todo o desenvolvimento ocorrido no período analisado neste trabalho, tanto a Argentina quanto o Brasil não deixaram de ser países periféricos, com desequilíbrios sociais e concentração de renda. Ao que tudo indica, a compatibilização de crescimento e estabilidade constitui o enigma até hoje não decifrado para que tanto o Brasil quanto a Argentina possam superar limites econômicos.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

AZPIAZU, Daniel; NOCHTEFF, Hugo. *El desarrollo ausente. Restriciones al desarrollo, neoconservadorismo y elite económica en la Argentina.* **Ensayos de Economía Política.** Buenos Aires: Tesis Norma, 1994.

BAER, Werner. **Industrialização e desenvolvimento econômico do Brasil.** Rio de Janeiro : FGV, 1979

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983.** São Paulo: Ed. Brasiliense S.A., 1985.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BULMER-THOMAS, Victor. **La historia económica de América Latina desde la independencia.** Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

CARDOSO DE MELLO, João, M. **O capitalismo tardio.** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: UNESP, 2002

CASTRO, Antônio,; SOUZA, Francisco, P. **A economia brasileira em marcha forçada.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

CORTÈS-CONDE, Roberto. **La economía Argentina en el largo plazo.** *Ensayos de história económica de los siglos XIX y XX.* Buenos Aires, Ed. Sudamericana-Universidad de San Andrés, 1997.

_____. **Padrones de asentamiento y exploración agropecuaria en los nuevos territorios argentinos (1980-1910).** Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1975.

_____. **Progreso y declinación de la economía Argentina.** Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1998.

DÍAZ ALEJANDRO, Carlos, F. **Essays on the economic History of the Argentina Republic.** New Haven : Yale University Press, 1970.

FAUSTO, BORIS. **Brasil e Argentina:** um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Ed. 34, 2004.

FONSECA, Pedro. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política.** São Paulo, vol 23, n 1 (98), p. 133-148, jan/mar, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 20 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1997.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira.** 7 ed.. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2000.

GERCHUNOFF, Pablo; LLAACH, Lucas. **El ciclo de la ilusión y del desencanto.** Buenos Aires: Ed. Ariel, 2003.

GERCHUNOFF, Pablo; LLACH, Juan. *Capitalismo industrial, desarrollo asociado y distribución del ingreso entre los gobierno peronistas: 1950- 1972.* **Desarrollo Económico**, vol. 15, num. 57, abril-junio 1975.

GREMAUD, Amaury Patrick. SAES, Flávio Azevedo Marques de. TONETO, Rudinei Júnior. **A formação econômica do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1997.

KATZ, J.; KOSACOFF, B. **El proceso de industrialización en la Argentina: evolución, retroceso y prospectiva.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, Cepal, 1989.

LANGONI, Carlos Geraldo. **A economia de transformação.** Rio de Janeiro: Ed. Jose Olympio, 1975

_____. **A Crise do Desenvolvimento: uma estratégia para o futuro.** 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

LENZ, Maria. H. **Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

LEWIS, Colin. **A indústria na América Latina antes de 1930**. São Paulo: USP, 2002

LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

MALLON, R. D. e SOURROUILLE, J. V. **Economic policy making in a conflict society: the argentine case**. Cambridge, Harvard University Press, 1975.

MANTEGA, Guido. **A econômica política brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1992.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)**. Buenos Aires: Ed. Macchi,2000.

SUZIGAN, Wilson, et all. **Indústria: política, instituições e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: ed. Nacional, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1986.

TOBAR, Juan.Carlos. **Notas sobre la estructura económica argentina**. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 1998.

THORP, Rosemary. **Progresso, pobreza e exclusão**. Uma historia econômica da América Latino no século XX. Washington, BID, 1998.

PRADO JÚNIOR,Caio. **História econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. São Paulo: ed. Fundo de Cultura S. A, 1968.

VILLANUEVA, Javier, ***El origen de la industrialización Argentina***, Buenos Aires, *Desarrollo Económico*, Vol. 12, num. 47, octubre-diciembre 1972.